



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 03 2016	16h05min	14ª SESSÃO ORDINÁRIA	1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 14ª
(DÉCIMA QUARTA)
SESSÃO ORDINÁRIA
DE 8 DE MARÇO DE 2016.**

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Bispo Renato Andrade a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – O Expediente lido vai à publicação.

Leitura das atas das sessões anteriores.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura das atas.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lidas e aprovadas sem observações as seguintes:

- Ata da 8ª Sessão Ordinária;
- Ata da 9ª Sessão Ordinária;



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 03 2016	16h05min	14ª SESSÃO ORDINÁRIA	2

- Ata da 10ª Sessão Ordinária;
- Ata da 11ª Sessão Ordinária;
- Ata da 12ª Sessão Ordinária.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Sras. e Srs. Deputados, quero aproveitar este momento e pedir a gentileza de todos os Líderes que nesta tarde farão uso da palavra para que possamos cumprir o Regimento Interno em relação ao tempo disponível de S.Exas. e, assim, possamos hoje adentrar as votações acertadas no Colégio de Líderes.

Solicito que o som seja regulado, pois está muito baixo.

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia, pelo tempo regimental de cinco minutos, improrrogáveis, nesta tarde.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (Bloco da Maioria. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje, pela manhã, nós tivemos a reunião da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. E é regimental que a pauta tem de ser divulgada, publicada no *Diário*, para que as matérias sejam votadas; e, se algum dos membros da comissão, depois de encerrada a pauta ordinária, pedir um item extrapauta, a comissão examina e verifica, e, se estiver de posse de todas as informações e se sentir segura para votar, pode ser votado o item extrapauta.

Hoje, na comissão – estão presentes neste plenário o Deputado Wasny de Roure e o Deputado Julio Cesar –, demos início à reunião, como de praxe, e analisamos os itens, que estavam previstos e publicados no *Diário da Câmara*, que faziam parte da pauta da comissão. Encerrada a pauta da comissão, perguntei aos nobres Deputados se havia algum assunto a tratar. Não havendo nenhum assunto a tratar, declarei encerrada a reunião.

Vou restabelecer a verdade. Várias matérias alegaram que eu teria cancelado a reunião para não votar o projeto do Uber. Isso não é verdade, e tenho como testemunhas o Deputado Wasny de Roure e o Deputado Julio Cesar, que estavam presentes à reunião. Para pedir um item extrapauta, é necessário que o relator do projeto – no caso, o Deputado Prof. Israel – esteja presente à reunião. Mas o Deputado Prof. Israel não se encontrava. Quando encerramos a reunião, passava das 10h40min, Deputado Chico Vigilante. Não sabíamos se a comissão concordaria em votar esse projeto sem recebê-lo. Eu ainda não tinha recebido uma cópia do parecer do relator – é normal receber uma cópia para estudar. Também é necessário avisar



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 03 2016	16h05min	14ª SESSÃO ORDINÁRIA	3

ao pessoal da imprensa que esse projeto, além de tramitar na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, também tem que tramitar na Comissão de Defesa do Consumidor – não tramitou ainda –, na Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo – não tramitou – e tem que passar na Comissão de Constituição e Justiça – também não passou. Essa informação de que o projeto não prosperou por causa da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças não é verdadeira.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Agaciel Maia, eu acho muito importante sua fala. O Deputado Julio Cesar, que preside esta sessão, também é integrante da nossa comissão. Nós tivemos uma rápida conversa antes do início dos trabalhos. É importante resgatar essas coisas para não acharem que, quando um colega está exposto, não há a mínima solidariedade de nossa parte. Não é justo, pois de fato não havia entendimento de votar a matéria hoje, porque é polêmica. Recebemos o relatório no final do dia de ontem. Eu tive uma conversa com o relator, Deputado Prof. Israel, que esteve no meu gabinete. Estamos interessados em construir uma saída para o projeto, que teve origem no governo.

É um projeto inédito, não há por que votar propositura dessa envergadura, que vai afetar a vida das pessoas, de maneira açodada. Tanto é verdade que no Colégio de Líderes hoje pudemos perceber que vários Deputados ainda estão com dúvidas com relação a essa propositura, como melhor encaminhá-la. Outros colegas, inclusive o Deputado Rodrigo Delmasso, estão dialogando com o segmento dos taxistas, demonstrando o que é necessário flexibilizar nesse segmento, para que eles não fiquem de fora na eventualidade. A matéria está em efervescência. Quero expor a V.Exa., Deputado Agaciel Maia, a proposta construída – inclusive sob a sua presidência –, de uma audiência pública chamada pelas quatro comissões. As emendas seriam apresentadas simultaneamente nas quatro comissões, os relatórios seriam coordenados entre os relatores, para que não houvesse desentendimento entre os relatores, e a matéria pudesse chegar ao plenário de forma mais pacificada possível. Naturalmente haverá os contrários e os favoráveis, mas preservando o mínimo possível no que diz respeito ao consenso. Eu creio que, neste momento, temos que ser o mais consensuado possível, porque a matéria ainda terá outros desdobramentos. Quanto mais cautelosos formos, prudentes, respeitosos com os taxistas e respeitosos com o usuário que hoje reivindica o aplicativo Uber, mais extremamente positivo e prudente será para esta Casa.

Eu estava na comissão e a acompanhei. V.Exa. foi absolutamente transparente. Se eventualmente alguém chegou lá na expectativa de alguma coisa, deveria ter combinado primeiro com a presidência dos trabalhos, antes de chegar lá



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 03 2016	16h05min	14ª SESSÃO ORDINÁRIA	4

de maneira açodada, achando que algo iria acontecer sem que nada fosse formulado. Eu mesmo não fui provocado. Ninguém me perguntou se iria ser votado ou não. Fui com a expectativa de que hoje não haveria condições de votar. Inclusive, dei uma declaração de minha parte: se viesse, eu iria pedir vista.

Então, Deputado Agaciel Maia, não é pelo caminho do açodamento que vamos encontrar boa pavimentação para resolver a matéria.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Agradeço o aparte de V.Exa. e o incorporo ao meu pronunciamento.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Agaciel Maia, eu fui Líder do PT/PRB nesta Casa durante cinco anos consecutivos. V.Exa. foi Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças por cinco anos. Não há um único Deputado aqui que reclame do posicionamento de V.Exa. como Presidente daquela comissão. V.Exa. constantemente ia à reunião do Colégio de Líderes e sempre tinha o zelo, o cuidado, de perguntar aos Líderes se tinham algum projeto que quisessem colocar em pauta.

É importante dizer – para que a mídia não fique mal informada – que quem pauta a comissão é o Presidente da comissão. Não sou eu que pauto a comissão, nem o Deputado Wasny de Roure que pauto a comissão. É o Presidente da comissão. Portanto, se alguém quer pautar um projeto, antes de divulgar à imprensa, primeiro converse com o Presidente da comissão, para que seja feita a pauta. Depois, converse com os demais Deputados para saber se estão de acordo. Não dá para fazer este tipo de jogo, Deputado Julio Cesar: apresentar emendas, anunciar para a imprensa como se fosse fato consumado e dizer que a comissão vai votar, sem o voto ter sido acertado na comissão. Eu já declarei que sou contra esse projeto, quero debatê-lo com toda a profundidade. Não quero, em hipótese nenhuma, acabar com uma categoria importante como é a categoria dos taxistas.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Deputado Agaciel Maia, vou colaborar com V.Exa. No dia de ontem, eu também, para um veículo de comunicação, concedi uma entrevista. Perguntaram-me se iríamos votar essa matéria no dia de hoje. Eu fui muito categórico ao dizer que achava muito difícil, uma vez que eu estava com a pauta nas minhas mãos e, em nenhum momento, falava-se ali que nós teríamos essa votação.

Então, eu quero colaborar com o que V.Exa. e o Deputado Chico Vigilante estão falando. Não podemos nos encontrar numa situação como a de hoje, de a sala estar lotada de pessoas achando que nós votaremos um projeto que sequer foi incluído na pauta.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 03 2016	16h05min	14ª SESSÃO ORDINÁRIA	5

V.Exa. encerrou a reunião da comissão porque não havia mais o que se discutir naquele momento. Eu fico muito triste com a matéria que saiu em alguns blogues dizendo que V.Exa. estava fazendo corpo mole. Eu acredito que alguns jornalistas, muitas vezes, não estão naqueles locais e começam a inventar as coisas. Não havia mais nada a ser discutido naquele momento, nem o relator do projeto estava presente. O que nós iríamos fazer? Nem tínhamos ciência se seria ou não incluído extrapauta.

Eu acho que temos de colocar as coisas no devido lugar. V.Exa. sempre tem conduzido a Presidência da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças de maneira exemplar. Eu quero me solidarizar com V.Exa. e dizer que continuaremos trabalhando ao seu lado nessa postura que V.Exa. vem defendendo. Eu gostaria de registrar isso e parabenizá-lo pelo trabalho.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Eu agradeço e incorporo ao meu pronunciamento o de V.Exa. e o do Deputado Chico Vigilante.

Não sou afeito a fazer comentários a respeito de procedimentos de proposições legislativas dentro da Casa, mas como é um assunto muito polêmico, que mexe com várias categorias e com a população da cidade, eu me senti na obrigação, Deputado Chico Vigilante, de prestar esse esclarecimento.

A Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, hoje, não tem nenhuma matéria. Todas as matérias encaminhadas e pautadas, cujos relatores comunicaram que os pareceres estavam prontos, todas elas foram votadas. Em 2015, não deixamos um único projeto sem ser votado. Encaminhamos todos. Não houve uma única reunião da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças em que faltasse o *quorum*. Então, não vão ser determinadas desinformações que vão desconstruir os trabalhos que estamos fazendo de maneira cartesiana à frente daquela comissão.

Portanto, eu agradeço ao Deputado Julio Cesar e gostaria de fazer uma solicitação a S.Exa. para encerrar o meu pronunciamento.

Deputado Julio Cesar, eu gostaria que V.Exa., como Presidente, incluísse em pauta também a apreciação do veto que consta no item nº 133, visto que este não tem implicação do ponto de vista orçamentário nem financeiro, apenas é resultado da discussão que foi feita. Eu gostaria que este item fosse colocado na pauta de votação de hoje.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Eu que agradeço. Peço que seja incluído na Ordem do Dia o veto a que se refere o item nº 133, de V.Exa., para que possamos apreciá-lo.

Perdoe-me, Deputado Agaciel Maia. Na verdade, trata-se do item nº 135. Estou só retificando para podermos incluí-lo na pauta.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 03 2016	16h05min	14ª SESSÃO ORDINÁRIA	6

O próximo a falar será o Deputado Wasny de Roure, pelo PT, mas, antes, concedo a palavra ao Deputado Chico Leite.

DEPUTADO CHICO LEITE (Rede Sustentabilidade. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a minha questão de ordem é sobre os vetos. Aproveitando o ensejo do requerimento do Deputado Agaciel Maia, nesse mesmo sentido, nós também, eu como Líder da Rede, conversei com o Deputado Cláudio Abrantes e a Deputada Luzia de Paula. O Deputado Cláudio Abrantes tem igualmente um requerimento. Eu também queria saber de V.Exa. se podemos fazer este encaminhamento: o que estiver na pauta é só por questão de ordem; o que não estiver é só por escrito ainda hoje. É isso, Presidente?

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Exatamente. Solicito que nos passem para podermos já separar junto com o Marcelinho.

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Deputados, Deputadas, imprensa aqui presente, eu quero trazer ao Plenário desta Casa algo que impacta a sociedade brasileira hoje no País: a questão da convocação do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva para prestar depoimento em São Paulo, mais especificamente nas instalações do aeroporto. Essa convocação foi feita pelo Ministério Público e, realmente, foi um ato de agressão. Os próprios especialistas – cito aqui particularmente a entrevista do Ministro Marco Aurélio – mostraram a impropriedade desse ato, o exagero que foi utilizar, num processo de investigação, um depoimento que poderia ser feito de maneira absolutamente tranquila. Tentaram construir uma imagem policlesca, uma imagem de agressão àquele que foi Presidente por dois mandatos, eleito pela população, e que saiu da Presidência com mais de 80% de aprovação.

Hoje, com todas as tentativas de desmoralização, a grande mídia e algumas lideranças da oposição, que não conseguem afirmar seus projetos na sociedade brasileira, propõem uma desconstituição da figura daquele que elevou 40 milhões de brasileiros da situação de miséria à situação de dignidade. Todo esse processo de investigação tem que ser feito. Ninguém quer obstruir a operação Lava Jato, que atingiu exatamente as figuras do Partido dos Trabalhadores, como também as de outros partidos. Inclusive, alguns estão até presos – empresários de peso na sociedade brasileira – num serviço à Nação feito pelo Ministério Público, pela Polícia Federal.

Essa operação, extremamente relevante para o País, foi contaminada por um procedimento acintoso, um procedimento que poderia ser feito em condições de respeito àquele que comandou o País, saiu nas condições que saiu, extremamente bem avaliado, agora, com essa tentativa de criminalização. Naturalmente, esse é um olhar que perpassa muito o processo de 2018. Isso trouxe um impacto



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 03 2016	16h05min	14ª SESSÃO ORDINÁRIA	7

extremamente grande na sociedade brasileira, trazendo a população para as ruas, inclusive agora com relação ao evento do dia 13 de março.

Portanto, esse tipo de construção que tenta descaracterizar lideranças constituídas no País, sem os elementos objetivos que deem segurança a essas instituições, parece-me ser muito mais uma retaliação à saída do ex-Ministro José Eduardo Cardoso, do qual não sei exatamente as motivações pessoais que o levaram a pedir exoneração do cargo.

Sem dúvida, quem conhece José Eduardo Cardoso – ele foi meu colega quando eu fui Deputado Federal – sabe que é uma pessoa extremamente competente, do ponto de vista do entendimento do ordenamento jurídico do País, e um homem com uma postura republicana, idônea, exemplar, mas ele achou por bem abrir mão daquela função a qual ele entendia não ter mais condições de continuar exercendo.

Portanto, Sr. Presidente, eu quero deixar aqui a nossa reflexão. Que esse tipo de atitude acintosa com uma pessoa que tem história, como o Presidente Lula, é uma atitude agressiva à própria população brasileira. Deixem que a investigação transcorra, que obedeça à liturgia que o Judiciário prevê. Estou dizendo isso, porque pessoas muito mais preparadas e empoderadas, como é o caso do Ministro Marco Aurélio, disseram-no muito bem. Quer dizer: o Presidente Lula não oferecia nenhum risco para sair conduzido pela polícia ao local do depoimento. Eu entendo que isso não ajuda. Além disso, criou-se um clima de comoção no País, um clima de indignação e, naturalmente, as ruas começam a tomar fôlego, inclusive, suscitando agressões entre militantes dessa ou daquela bandeira, dessa ou daquela causa.

Portanto, isso não é o que desejamos. Entendemos que não é o melhor caminho esse processo. Infelizmente, essa comoção foi provocada por aqueles homens, por aquelas instituições que deveriam ser exemplares no processo da condução da investigação da Operação Lava Jato.

DEPUTADO LIRA – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO LIRA (PHS. Sem revisão do orador.) – Deputado Wasny de Roure, eu compreendo as preocupações de V.Exa. em relação ao ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, mas há um detalhe que eu gostaria de entender, porque, segundo a imprensa e o que foi divulgado, a princípio a Polícia Federal se dirigiu até a casa do ex-Presidente e, até então, não tinha nenhuma obrigatoriedade, mas o que motivou a condução coercitiva do ex-Presidente para depor daquela forma foi ele ter dito que só sairia dali algemado. Então, essa expressão, senhor caro colega, é que – em meu entendimento – está gerando uma dupla interpretação. O que ele quis dizer com: “só saio daqui algemado”? E o que a Polícia Federal quis dizer com o mandado coercitivo?



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 03 2016	16h05min	14ª SESSÃO ORDINÁRIA	8

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Deputado Lira, a melhor forma de responder a V.Exa., com todo respeito, é o fato de ele ter sido convocado, convidado – ou seja lá o termo que caiba aí neste processo –, é aquilo que, de fato, ocorreu. Se ele, em algum momento, negou-se a dar qualquer depoimento... A própria mídia registra que, em momento nenhum, ele tenha se negado a dar qualquer depoimento. Então, com um simples telefonema, um simples convite, ele iria. Esse é um grande fato e nem esse fato se tem. E é muito interessante observar que, no mesmo momento em que a Polícia Federal chegou, a *Globo* também chegou. Ninguém é ingênuo em um processo desse e em um clima desse. Nós precisamos ter um pouco mais de respeito por aqueles que exerceram funções até que se prove, até que se tenham elementos objetivos para dizer que, de fato, foi cometido esse ou aquele erro, esse ou aquele crime, para poder imputá-lo a essa ou àquela autoridade.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Deputado, eu só queria fazer um aparte rapidamente. O que nós estamos vendo acontecer com a política nacional nos últimos dias, essa questão do Presidente do Senado Federal, da Câmara dos Deputados, essa questão da Petrobras, realmente nos deixa estarecidos, tamanha a pauta negativa que o Brasil vem enfrentando. E eu atribuo muito a crise que o Brasil está vivendo a todo tipo de coisa que está sendo vista pela nossa sociedade advinda dessas, vamos dizer, operações da Petrobras.

Eu acho que realmente o papel da Justiça é ir atrás, cobrar. Mas aí temos que ser justos. O episódio do nosso ex-Presidente da República Luiz Inácio da Silva, na minha opinião, foi um ato terrível, não poderia ter acontecido, porque ele não foi condenado, ele não praticou ainda nenhum crime. É como disse uma pessoa: a força foi desproporcional no momento em que cabia a ele... Porque, em nenhum momento – isso é verdade –, ele se negou a prestar esclarecimentos, tanto em São Paulo como no Paraná. A forma foi, realmente, muito ruim. Isso prejudica o nosso País, porque nós fomos vistos de uma forma negativa lá fora. Podem ver que, lá fora, esse foi o assunto mais comentado: “Lula foi levado para a prisão” etc. E isso é muito ruim para a nossa sociedade.

Então, eu quero aqui, neste momento, solidarizar-me com essa situação. Também achei que foi algo muito ruim, que não deveria acontecer, até porque caberia ainda carta precatória e diversos meios.

Então, quero me solidarizar com o discurso de V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Deputado Julio Cesar, só para encerrar a palavra de V.Exa., eu acredito que é importante destacar que é doloroso, é sofrido para o povo brasileiro, mas é importante se deparar com os fatos que ocorreram e que têm ocorrido para que a Nação possa se redirecionar.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 03 2016	16h05min	14ª SESSÃO ORDINÁRIA	9

Então, nesse sentido, eu concordo absolutamente como V.Exa. É sofrido, mas é melhor sofrer enfrentando o problema do que simplesmente colocando embaixo do tapete.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Wasny de Roure, acho que a primeira questão que tem de ficar absolutamente clara é que o ex-Presidente Lula não se negou a prestar depoimento em nenhum momento. Não é, Deputado Julio Cesar? Nessa questão, ele já prestou depoimento três vezes. Toda vez que ele foi chamado pelo juiz a prestar depoimento, ele prestou. Ele se negou àquela arbitrariedade de um Promotor de Justiça de São Paulo que achou que era dono do mundo. O Presidente Lula fez aquilo, e acho que fez muito bem feito, até para dizer para todos os cidadãos... O Ministro Marco Aurélio pontua bem isso quando ele diz, em sua entrevista no *Roda Viva*: “Se são capazes de fazer um negócio desse com um ex-Presidente da República, imagine com os pobres comuns dos cidadãos”. E diz mais o Ministro Marco Aurélio. Ouvi uma entrevista dele na *CBN*, e tem um áudio em que ele diz: “... a continuar nesse ritmo, daqui a uns dias, vão querer instalar um paredão aqui na Praça dos Três Poderes para fuzilar as pessoas”.

Portanto, nós precisamos, no Brasil, de justiça, não de justiceiros. E o comportamento de determinados juizes e promotores não é de promotores da lei, não é de juizes da lei, é de justiceiros que querem atropelar de todas as maneiras a legislação do Estado Democrático de Direito.

Portanto, eu quero me solidarizar com o Presidente Lula, dizer que é importante o pronunciamento de V.Exa. e dizer que não é uma questão de ser o Lula. Qualquer cidadão que passar por uma arbitrariedade daquela merece o nosso aplauso. Em outro momento, eu me lembro de um ministro tão falado aí, Gilmar Mendes, protestando quando um ricoço foi algemado. Quer dizer, quando é do lado dele, não pode. Quando é do lado... A Justiça não pode ter lado.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Eu incorporo o aparte de V.Exa. ao meu pronunciamento. Agradeço aos Deputados que se manifestaram.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Obrigado, Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a V.Exa. a inclusão na pauta da apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 03 2016	16h05min	14ª SESSÃO ORDINÁRIA	10

1.614, de 2013, de minha autoria, que “proíbe a terceirização dos serviços de vistoria veicular no Distrito Federal”. É o item nº 113 da pauta.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Está bem, vamos submeter. Daqui a pouco, eu vou incluí-lo na Ordem do Dia.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Só para reforçar, solicito a inclusão na pauta do item nº 141, que é a análise do veto ao Projeto de Lei nº 41, de 2015, que trata da alteração da lei do Programa de Atendimento à Pessoa com Epilepsia. É o último item.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Está incluído.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Concedo a palavra ao Deputado Bispo Renato Andrade.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Sem revisão do orador.) – Solicito a inclusão na Ordem do Dia do Requerimento nº 1.529, de 2016, de minha autoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Incluo na Ordem do Dia.

Concedo a palavra ao Deputado Bispo Renato Andrade.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (Bloco da Minoria. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, nobres colegas Parlamentares, imprensa, colegas de trabalho aqui da Câmara.

Na semana que passou, nós, os Deputados da CPI, recebemos aqui o Secretário de Mobilidade, Marcos Dantas. Recebemos depois de um convite, numa sala da 3ª Secretaria, cobrando algumas explicações, inclusive de pagamentos sem o devido decreto de reconhecimento de dívida de exercícios anteriores. Demos até a semana passada para o nobre Secretário trazer as informações. Infelizmente, as informações chegaram, mas não da forma que nós pedimos. Eles informam aquilo que convém a eles, mas não aquilo que interessa para a nossa CPI, uma vez que foram pagos quase 12 milhões de reais. A questão também da tarifa técnica e do usuário, nós cobramos um crédito de 60 milhões. Nada daquilo, Deputado Rafael Prudente, que nós pedimos chegou como nós pedimos. Eu faço aqui um apelo, já que o Deputado Roosevelt Vilela e o Deputado Julio Cesar intermediaram essa vinda, para que não haja a necessidade de uma convocação do Secretário de Mobilidade: que ele nos envie o que foi pedido e não faça enrolação. Nós não vamos aceitar enrolação. O que nós queremos são os esclarecimentos, Deputado Ricardo Vale,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 03 2016	16h05min	14ª SESSÃO ORDINÁRIA	11

daquilo que nós conversamos informalmente com ele e com outros. Até pontuamos por escrito também no final de novembro de 2015 ainda.

Então, aguardamos que o Secretário nos responda como foi requerido no final do ano passado, como nós pedimos na última reunião que aqui tivemos com ele.

Sr. Presidente, eu fui surpreendido, especialmente nos grupos de que faço parte no *WhatsApp*, com uma cobrança feita a mim por um posicionamento sobre alguns contratos que foram feitos entre o GDF e a COOPERCAM – Cooperativa dos Caminhoneiros Autônomos de Cargas e Passageiros em Geral, contratos que chegam à ordem de mais de 80 milhões de reais. Não é que eu seja contra a limpeza da cidade, a conservação da cidade, os serviços a serem prestados. O que causa estranheza são os valores exorbitantes desses contratos, já que o GDF diz que não tem recursos.

Então, se há necessidade de que eles aconteçam, que esses valores sejam negociados. Como estamos vivendo um momento de crise, já que falta dinheiro para quase tudo, que esses poucos recursos que temos hoje no GDF sejam mais bem empregados.

Espero que essas explicações cheguem, de fato, para nós. Foram 12 milhões para o transporte público e 80 milhões para essa cooperativa. Será que sobrar dinheiro para pagar aquilo que é essencial, necessário e que, de fato, o GDF precisa? Daqui a pouco, faltarão recursos para pagamento de pessoal, e onde vão buscar esses recursos? É preciso chamar as empresas para renegociar esses valores que são exorbitantes e que se continue, sim, mas com valores dentro da normalidade.

Quero agradecer, Sr. Presidente, a presença do Sr. Humberto Fonseca, Secretário de Estado da Saúde, que esteve aqui hoje, e espero que, de fato, S.Exa. faça uma boa gestão e consiga resolver os problemas da saúde pública do Distrito Federal, que não é apenas caótica, está mais do que para lá da UTI, está à beira da morte. Espero que esse Secretário, que é médico, consiga ressuscitar a saúde pública do Distrito Federal. Espero e desejo boa sorte. Vou fazer uma quarentena – ela só durará uma semana – para ver a que veio esse Secretário de Saúde, se veio realmente para mostrar trabalho ou se veio como o Sr. Fábio Gondim, do Maranhão, para enrolar a população do Distrito Federal.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE (PMDB. Sem revisão do orador.) – Deputado Bispo Renato Andrade, parabenizo-o pelo pronunciamento e me somo a V.Exa. quanto ao compromisso do governo em enviar os pedidos de esclarecimentos como sugerimos na CPI, em dezembro. Tivemos um acordo para não convocar o Secretário de Mobilidade, por quem tenho um profundo respeito. Convidamos S.Exa., e o



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 03 2016	16h05min	14ª SESSÃO ORDINÁRIA	12

mesmo esteve aqui, se não me engano, há duas semanas e fez um compromisso. Pelo que conheço de compromisso, ele tem que ser cumprido. Ninguém é obrigado a fazer compromisso, mas, a partir do momento em que o faz, tem de cumprir, Deputado Bispo Renato Andrade. E V.Exa., os membros da CPI, o Deputado Roosevelt Vilela e o Líder do Governo foram desrespeitados quando o compromisso não foi cumprido. O compromisso era claro: que até sexta-feira passada fosse entregue o documento do governo, Sr. Presidente.

Faço um apelo ao Secretário de Mobilidade, Marcos Dantas, por quem tenho um profundo respeito, para que cumpra com os compromissos feitos.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Deputado Rafael Prudente, já me coloco à disposição para entrar em contato, dentro dos próximos minutos, com o Secretário de Mobilidade, para que o mesmo mande as informações que V.Exa., como Presidente, e os membros da CPI solicitaram o mais rápido possível.

Aproveitando que V.Exa. tocou no assunto do contrato publicado ontem ou hoje, eu gostaria de esclarecer que, por falta desse contrato é que a nossa cidade hoje, em diversas localidades, está com grandes problemas. Estamos há seis ou sete meses sem uma empresa prestando um serviço nas cidades. É importante ressaltar que o Tribunal de Contas do Distrito Federal desclassificou a vencedora que havia fechado um contrato por um valor até menor do que esse, com uma diferença em torno de 18 milhões. O tribunal mandou voltar à fase de habilitação; ou seja, foi feita a licitação na modalidade de pregão e a segunda vencedora, a Coopercam, teve o seu lance assinado no contrato. O Distrito Federal está apenas seguindo uma determinação do Tribunal de Contas, e creio que devemos fazer com que esse contrato seja executado logo. É até motivo de alegria saber que os serviços voltarão para as cidades. Diga-se de passagem, muitas das vezes, são cobrados por V.Exas.

Então, acho que é um momento de muita alegria. Vamos torcer para que as coisas melhorem nos próximos dias.

Obrigado, Deputado.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Deputado Julio Cesar, eu vou concluir. Espero que realmente isso aconteça. Não sou contra o contrato, mesmo porque a cidade está mergulhada em buracos por todo lado. Eu uso, como carro pessoal, uma caminhonete, que caiu dentro de um buraco em Taguatinga e foi preciso uma ajuda especial para retirá-la de lá. Se uma caminhonete cai em um buraco e há necessidade de ajuda para retirá-la, imaginem nos outros lugares! Na minha querida Ceilândia, se cair um avião, ele não vai levantar, não vai sair de lá. Eu realmente espero que comecem a cortar os matos nas cidades. A nossa cidade está feia. Só estou questionando, Deputado, os valores do contrato.

Encerro dizendo o seguinte: a CPI do transporte está em fase final. Espero que, até o dia 15, já tenhamos o relatório pronto. Para isso, logicamente, eu precisaria que o Secretário Marcos Dantas enviasse as informações, senão vamos ter



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 03 2016	16h05min	14ª SESSÃO ORDINÁRIA	13

que paralisar de novo e convocá-lo a vir aqui para dar explicações pessoalmente, abertas para imprensa como um todo. Nós estamos fazendo isso a ele como para alguém que pertence ao Executivo, a fim de que possam ser oferecidas essas justificativas por escrito, sem a necessidade de vir aqui, já que ele não é investigado na CPI e são fatos correlatos os que estamos investigando nesta Casa.

E mais ainda: já recebemos as quebras de sigilo fiscal, telefônico e alguns cruzamentos. Estamos realmente na fase final da nossa CPI e até agora os trabalhos têm sido desenvolvidos dentro da maior prudência possível, com todos os membros que a compõem e a nossa equipe técnica, que tem nos ajudado muito. Então, creio que os resultados vão ser satisfatórios para a população do Distrito Federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Eu que agradeço a V.Exa., Deputado Bispo Renato Andrade.

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Roosevelt Vilela. (Pausa.)

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, vou fazer um registro e me parece que V.Exa. é a pessoa mais apropriada para me ouvir.

Sempre ouvimos, da tribuna, reclamação e não temos capacidade, às vezes, de enxergar coisas positivas acontecendo. Esta Casa fez uma coisa extremamente positiva, que foram as trocas de torneira, adotando um modelo mais econômico, e isso é uma maneira de demonstrar preocupação com a perda de água, que muitas vezes ocorre.

Eu queria cumprimentar a equipe que processou essas mudanças, de maneira bastante adequada, já que às vezes nos incomodava ver o gotejamento, a torneira aberta etc. É simples, mas é importante destacar a valorização dessa mudança que ocorreu aqui na Casa.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Obrigado, Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 03 2016	16h05min	14ª SESSÃO ORDINÁRIA	14

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero fazer um agradecimento. Recebi do autor Arilton Oliveira, que é um apresentador de tevê, um livro com uma dedicatória. Ele tem algumas publicações nessa área. O livro é chamado *Apocalipse, a Batalha Final*. Eu queria fazer esse agradecimento, já que ele teve a consideração de me mandar este livro com uma bonita dedicatória.

Obrigado.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu fiz uma consulta informal aos Líderes e queria pedir para que fosse incluída na Ordem do Dia a Moção nº 327, de 2016, que manifesta voto de louvor e parabeniza as mulheres que menciona pelos relevantes serviços prestados à comunidade do Guará.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Eu que agradeço a V.Exa.

Eu queria consultar os Líderes, porque nós acordamos hoje no Colégio de Líderes que iríamos derrubar alguns vetos na tarde de hoje, dentre eles o que diz respeito ao canabidiol, que foi acertado na semana passada, e também os benefícios dos professores temporários, como vale transporte e alimentação. Por isso eu queria consultá-los se, após os Comunicados de Líderes, poderíamos iniciar as votações, pois há *quorum*. E uma vez votando rápido – até porque a esse projeto dos professores nós teremos de fazer o parecer das comissões em plenário –, voltaríamos aos Comunicados de Parlamentares.

Então, eu consulto V.Exas. se é possível.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, antes de adentrar a pauta, eu gostaria de fazer uma colocação aos colegas. De acordo com a assessoria do Partido dos Trabalhadores nesta Casa, o Projeto de Lei nº 946, de 2016, é absolutamente desnecessário porque, no que se refere ao Item nº 5, faz remissão de duas leis que já foram revogadas. Ou seja, o projeto de lei reporta-se a duas leis que já foram revogadas. A matéria passou a ser disciplinada no Regime Jurídico Único.

Portanto, o entendimento da nossa bancada é que esse projeto de lei é absolutamente desnecessário. Se for possível um diálogo da nossa assessoria com a assessoria da Liderança do governo, nós gostaríamos de apresentar a nossa



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 03 2016	16h05min	14ª SESSÃO ORDINÁRIA	15

argumentação para ver se há recepção, porque, no nosso entendimento, é algo desnecessário o projeto de lei encaminhado pelo Governo do Distrito Federal, uma vez que o Regime Jurídico Único atende a demanda e até porque as leis das quais o governo está argumentando a necessidade já foram revogadas.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Agradeço ao Deputado Wasny de Roure. A assessoria do governo já está pronta para que possamos, então, fazer o diálogo, mas eu indago a V.Exa. se podemos iniciar a votação após os Comunicados de Líderes.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a questão das falas é individual de cada Parlamentar. Eu, por exemplo, não vou abrir mão de falar no horário em que fui inscrito. Até porque eu chego ao plenário às 15h e fico enquanto o último estiver aqui.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Deputado Chico Vigilante, a questão é que queremos fazer um acordo para que os Deputados fiquem após as votações, mas vamos consultar os Líderes.

Deputado Rodrigo Delmasso, V.Exa. concorda?

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Sim, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Deputado Chico Leite, V.Exa. concorda?

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, eu me manifestei favoravelmente. Agora, a minha impressão é que nós podemos mediar de maneira que o Deputado Chico Vigilante se pronuncie antes, já que o Regimento Interno o atende. Então, ele faria o pronunciamento e, em seguida, vamos às votações.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Sim. O Deputado Chico Vigilante pode falar. Não há nenhum problema. Só estou adiantado.

Deputado Agaciel Maia, V.Exa. concorda?

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Eu também concordo. Agora, se houver algum Parlamentar que não seja líder e que manifeste a vontade de falar, regimentalmente temos de conceder. Eu acho que nós não podemos suprimir os Comunicados de Parlamentares a não ser que os próprios Parlamentares inscritos abram mão.

Obrigado.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 03 2016	16h05min	14ª SESSÃO ORDINÁRIA	16

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – É por isso que nós estamos fazendo a consulta, mas nenhum tipo de problema.

Dando continuidade aos Comunicados de Líderes, concedo a palavra ao Deputado Rodrigo Delmasso, Líder do Bloco Amor por Brasília.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (Bloco Amor por Brasília. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, antes de mais nada, eu quero deixar claro que não assumirei a Liderança do governo porque V.Exa. faz um trabalho exemplar nesta Casa, inclusive com oposição, e eu acredito que não exista outro Líder melhor do que V.Exa.

Eu quero aqui usar este momento do espaço da Liderança do Bloco Amor por Brasília e pedir a todos os jornalistas que estão presentes, os Deputados e Deputadas, para lerem aqui uma moção de apoio que me surpreendeu. A Federação Brasileira de Epilepsia, no XIV Encontro Nacional, realizado em Campinas, promoveu esta moção de apoio à derrubada do veto do Projeto de Lei nº 41, de 2015.

Deputado Rafael Prudente, fiz um compromisso com as entidades de todo o País que estavam presentes e que demonstraram a sua consternação pelo veto que foi oposto ao Projeto de Lei nº 41, de 2015. Eu gostaria de ler a moção, para deixar registrada nos Anais da Casa, que diz o seguinte:

“A Federação Brasileira de Epilepsia – EPIBRASIL e a Assistência à Saúde de Pacientes com Epilepsia – ASPE, com seus representantes e militantes reunidos no XIV Encontro Nacional, realizado na cidade de Campinas – SP, nos dias 3, 4 e 5 de março, vêm manifestar seu integral e irrestrito apoio às pessoas com epilepsia do Distrito Federal, que foram golpeadas pelo veto do Sr. Governador Rodrigo Rollemberg ao Projeto de Lei 41, de 2015, de autoria do Deputado Distrital Rodrigo Delmasso, que institui o Programa Especial de Atendimento à Pessoa com Epilepsia.

O referido projeto, aprovado pela Câmara Legislativa do Distrito Federal por unanimidade, foi integralmente vetado pelo Governador sob a alegação de que a rede pública de saúde do DF não teria condições de atender a demanda.

Vimos, pois, apelar aos Deputados Distritais que derrubem o veto do Sr. Governador, já que a assistência à saúde de pessoas com epilepsia no DF é medida urgente a ser implementada, tendo em vista as péssimas condições de atendimento existentes na Capital Federal.”

Assinam a referida moção: a Associação de Saúde de Pacientes com Epilepsia, a Federação Brasileira de Epilepsia, a Associação Mineira de Epilepsia, a Associação de Pacientes com Epilepsia – PB, a Associação de Pessoas com Epilepsia do DF, a Associação de Pacientes com Epilepsia de Ipatinga – MG, o Movimento de Apoio a Pessoas com Epilepsia – SP, o Movimento de Apoio a Pessoas com Epilepsia – SC, o Movimento de Apoio a Pessoas com Epilepsia de Campinas – SP, a Associação Rondoniense de Epilepsia, a Associação de Pacientes com Epilepsia do



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 03 2016	16h05min	14ª SESSÃO ORDINÁRIA	17

Estado de Roraima, o Movimento de Apoio a Pessoas com Epilepsia – AC, o Movimento de Apoio a Pessoas com Epilepsia – PR, a Associação de Familiares e Amigos de Doenças Graves, o Movimento Purple Day no Brasil, o Ministério do Trabalho e Previdência Social, a Associação Brasileira de Epilepsia e o Ministério Público Federal. Eles assinam essa moção de apoio à derrubada do veto ao Projeto de Lei nº 41, de 2015, que estabelece o Programa de Atenção à Pessoa com Epilepsia no Distrito Federal.

Quero aqui relatar que, na semana passada, o Governador fez um pedido, e esta Casa o atendeu. Nós nos reunimos, o Governador recebeu as famílias com pacientes com epilepsia no seu gabinete, na quinta-feira, pela manhã, e assumiu o compromisso – e aqui eu quero anunciar, Deputado Julio Cesar, a V.Exa., que é Líder do Governo – de implantar o Programa de Atendimento à Pessoa com Epilepsia já começando a compra dos equipamentos necessários e também a compra dos medicamentos para atender a todos os pacientes com epilepsia no Distrito Federal. (Palmas.)

Também assumiu o compromisso de já fazer uma reforma, Deputado Bispo Renato Andrade, que inclusive nós cobramos hoje do novo Secretário de Saúde, no Hospital de Base, que custa 7 mil reais, para receber um aparelho que custa 350 mil reais, que foi doado no Fórum Nacional de Epilepsia, que aconteceu no ano passado. O Governador também assumiu o compromisso de que, se a Secretaria de Saúde não tiver condições, a Novacap venha fazer essas reformas para receber esse aparelho que faz o diagnóstico da pessoa com epilepsia na rede pública de saúde.

Com isso, nós começamos a tirar do papel, Deputado Bispo Renato Andrade – aqui eu falo com V.Exa., autor da lei, em 2008, que criou o Programa de Atendimento à Pessoa com Epilepsia –, o sonho das famílias que, há mais de quinze, vinte anos, vêm lutando para que Brasília venha a ser referência no atendimento à pessoa com epilepsia.

E, ainda mais, digo: esta Casa começa a fazer história no País porque aprova a lei e vai derrubar o veto, Deputado Chico Vigilante, e vai proporcionar às famílias com epilepsia ter acesso ao canabidiol, quebrando muitos preconceitos, muitas barreiras, dando exemplo a outros estados brasileiros, e dando exemplo, principalmente, ao Governo Federal.

Quero citar a Presidente Dilma, que na semana passada me respondeu, por ofício, que encaminhou o mesmo programa que implementamos aqui em Brasília ao Ministro da Saúde, para que elabore uma medida provisória a fim de que este vire um programa nacional de atendimento à pessoa com epilepsia financiado pelo Sistema Único de Saúde.

Deputado Chico Leite, a Presidente Dilma acerta nesse ponto porque, quando coloca como Medida Provisória, torna uma medida urgente. Eu tenho certeza de que o Congresso Nacional não vai se furtar a aprovar esse projeto.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 03 2016	16h05min	14ª SESSÃO ORDINÁRIA	18

Mais uma vez eu digo que nós não estamos aqui levantando bandeira partidária a, b ou c. O que nós estamos defendendo são as famílias. Estamos defendendo, Deputado Rafael Prudente, as famílias de pessoas com epilepsia, que, muitas vezes, passam noites e noites sem dormir para conseguir controlar a crise de uma criança ou de um adulto que tenha epilepsia. O canabidiol e outros medicamentos devolvem a essas famílias, Deputado Bispo Renato Andrade, a esperança de que a qualidade de vida delas e das crianças possa melhorar.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Sem revisão do orador.) – Deputado Rodrigo Delmasso, em primeiro lugar, quero parabenizá-lo pela luta. Nós aprovamos essa lei em 2008, e V.Exa., com a maestria e a sabedoria que Deus lhe deu, pôde aperfeiçoá-la, inclusive, na compra dos medicamentos. A gente só tem a parabenizar V.Exa.

Naquela época, em 2007 ou 2008, eu fui procurado para ajudar umas duas ou três famílias. Depois eu descobri que, já em 2007, existiam mais ou menos 16 mil pessoas que dependiam diretamente disso para poderem ser atendidas. Infelizmente, a insensibilidade do antigo gestor da saúde levou o nosso Governador a vetar a sua lei. Eu espero que agora isso mude, já que ele foi induzido a erro. Eu creio que o Governador foi induzido a erro, porque não é possível tanta insensibilidade com a dor alheia.

Eu quero adiantar a V.Exa. e às pessoas que precisam desse medicamento que o meu voto é o seu voto, é o voto dessa comunidade.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Agradeço o aparte do Deputado Bispo Renato Andrade.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Rodrigo Delmasso, cumprimento V.Exa., porque, através desse debate, está fazendo história não apenas para a população do Distrito Federal, mas para o País como um todo. Eu fico muito orgulhoso por ver um nobre colega que no seu primeiro mandato, no seu segundo ano, foi tão perceptivo e sensível. Acho que muito disso se deve à sua capacidade de analisar.

Eu tenho a grata satisfação de colaborar com esse processo. A exemplo do Deputado Bispo Renato Andrade, quero também afirmar o voto da minha bancada pela derrubada do veto – o Deputado Chico Vigilante, o Deputado Ricardo Vale e eu votaremos pela derrubada. E digo mais uma coisa: V.Exa. foi extremamente feliz quando estimulou a doação do equipamento para fazer o diagnóstico da epilepsia e a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 03 2016	16h05min	14ª SESSÃO ORDINÁRIA	19

identificação da necessidade ou não de cirurgia. Eu creio que essa é uma demonstração de compromisso.

É bem verdade que o governo anterior havia preparado um processo licitatório, cujos valores foram considerados exorbitantes. Eu não acompanho essa temática de valores, mas considero importante a sensibilidade de querer ver implantado no âmbito do Distrito Federal esse equipamento. E, mais do que isso, resgatar um conjunto de profissionais altamente qualificado, respeitado, que V.Exa. hoje citou para o próprio secretário que acaba de assumir a Secretaria de Saúde.

Portanto, Deputado, eu cumprimento V.Exa., a dona Rosa – com quem estive agora há pouco –, bem como todo o movimento presente, por essa belíssima demonstração de cidadania e compromisso com a população do Distrito Federal.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Agradeço a aparte do Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO LIRA – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Ouço o aparte de V.Exa., Vice-Líder do nosso bloco Amor por Brasília.

DEPUTADO LIRA (PHS. Sem revisão do orador.) – Deputado Rodrigo Delmasso, desde quando o conheci, V.Exa. vem lutando por esta causa. No início eu não entendia muito bem o porquê das coisas. Somente quem passa pelo problema sabe o que realmente acontece. Fui entender o que V.Exa. passa com sua filha, e os outros pais passam com os filhos deles, quando recentemente a minha filha, já com 18 anos, teve essa crise terrível. Aí fui entender realmente o que V.Exa. passa em casa. Então, pode ter certeza de que contará com o meu voto para a derrubada desse veto. Faço isso de coração, em consideração a sua luta, a sua causa e a de todas as pessoas que passam por esse problema.

Muito obrigado.

DEPUTADO CHICO LEITE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (Rede Sustentabilidade. Sem revisão do orador.) – Deputado Rodrigo Delmasso, quero nesta oportunidade reconhecer o trabalho de V.Exa., irmanar-me com ele e garantir os votos da bancada da Rede para a derrubada do veto.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Deputado Rodrigo Delmasso, quero registrar que meu voto será favorável à derrubada desse veto. Acompanho o trabalho de V.Exa. desde o primeiro dia em que vem lutando por esta causa. Quero lhe dizer que pode contar comigo, estarei junto nesta batalha.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Permite-me V.Exa. um aparte?



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 03 2016	16h05min	14ª SESSÃO ORDINÁRIA	20

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PSDB. Sem revisão do orador.) – Deputado Rodrigo Delmasso, eu estava agoniado para reafirmar o que dissemos na semana passada. Acho que este episódio serve não apenas para fazermos justiça, mas para contribuirmos muito com o governo que está aí, no sentido de apontar que não temos direito de pensar em economia quando está em jogo a vida das pessoas.

Então, já antecipamos nosso voto pela derrubada do veto.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Obrigado, Deputado Raimundo Ribeiro.

Para finalizar, a derrubada desse veto não representa somente uma questão técnica, representa a realização de um sonho, o sonho de famílias que buscam a melhoria da qualidade de vida dos seus filhos, dos seus familiares.

Deputado Lira, só quem é pai sabe o sofrimento que é quando uma filha tem uma crise e ele não pode fazer nada. O Norberto Fisher, que está aqui, sabe. Ele foi considerado meliante pela polícia. Ele e sua esposa foram o primeiro casal no País a buscar o canabidiol nos Estados Unidos e a provar que existia uma melhora, Deputado Wasny. A filha dele tinha sessenta crises por dia. Com a utilização do canabidiol, na primeira semana, o número de crises reduziu para dezenove e depois passou para nove. É isto que a população do Distrito Federal espera da gente, espera de cada um dos Deputados aqui: trabalhar para que, a cada dia, a qualidade de vida dessas pessoas melhore. Quero agradecer. Essa vitória não é do Deputado Rodrigo Delmasso, ela é desta Casa, que teve sensibilidade, que venceu os preconceitos, que em nenhum momento levantou bandeira preconceituosa em relação a esse projeto, que entendeu que era um projeto importante para a sociedade. Então, a vitória não é do Deputado Rodrigo Delmasso, a vitória é da Câmara Legislativa, que nesse projeto, especificamente, ouviu a voz das ruas e está estabelecendo a vontade do povo.

Quero agradecer a cada um que já se pronunciou, a cada um que já falou, à Presidente da Câmara, a todos os membros da Mesa Diretora, aos Líderes dos blocos partidários, a todos os Deputados, a sensibilidade, que só demonstra que esta Casa ouve a voz das ruas para implementar política pública de melhoria da qualidade de vida.

DEPUTADO JUAREZÃO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO JUAREZÃO (PRTB. Sem revisão do orador.) – Deputado Rodrigo Delmasso, eu, como servidor da saúde há 35 anos, acho esse projeto interessantíssimo para a comunidade. V.Exa. conte comigo! Conheço seu trabalho e essa luta de V.Exa. Se Deus quiser, vai se espalhar pelo Brasil inteiro!

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Obrigado, Deputado Juarezão.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 03 2016	16h05min	14ª SESSÃO ORDINÁRIA	21

Para finalizar, eu gostaria de pedir aos Deputados que ainda estão nos gabinetes que, se puderem, desçam para participar dessa vitória. E não é a vitória de um Parlamentar; é a vitória desta Casa, da democracia, do povo de Brasília, é a vitória das famílias com pessoas com epilepsia.

Que Deus abençoe a todos. Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Obrigado, Deputado Rodrigo Delmasso.

Concedo a palavra ao Deputado Rafael Prudente.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE (Bloco Parlamentar Democrático e Trabalhista. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, boa tarde a todos. Eu não poderia deixar de fazer um pronunciamento hoje, Deputado Wasny de Roure, e citar alguns dados sobre o Dia Internacional da Mulher.

Os gregos diziam que as mulheres tinham algo que eles invejavam, Deputado Chico Leite: a astúcia. Qualquer coisa que você der a uma mulher, ela vai fazer algo fantástico; ou seja, a mulher, desde sempre, tem sua marca registrada.

Hoje comemoramos o Dia Internacional da Mulher, e eu não poderia deixar de lembrar que as mulheres brasileiras estão, a cada dia, rompendo barreiras e lutando contra a desigualdade e a injustiça.

Dados da Codeplan mostram que as mulheres representam mais da metade da população de Brasília: 51% dos habitantes. E 70% dessas mulheres com idade entre 36 e 59 anos já têm casa própria. Elas também aumentaram a participação no mercado de trabalho. Nos últimos três anos, 42 mil mulheres entraram no mercado de trabalho. Mesmo assim, Deputado Chico Vigilante, temos 120 mil mulheres desempregadas no Distrito Federal. São mães com corações dóceis e criativos que encontram motivos para a felicidade e prosperidade de seus filhos no meio de tantas dificuldades. São mães que têm a capacidade de olhar o mundo com olhos diferentes, com olhos de esperança, com olhos de fé; não uma fé passiva, inerte, que simplesmente espera que dias melhores aconteçam, mas uma fé ativa, dinâmica, que não mede o tamanho dos desafios da vida para agirem em favor dos seus filhos e da comunidade onde vive.

Eu quero fazer alguns destaques de projetos que aprovamos aqui e outros que esperamos aprovar, Sr. Presidente, ainda neste semestre. Nós aprovamos aqui, de minha autoria juntamente com o Deputado Wasny de Roure, o projeto que institui reserva de 20% do total de vagas em contratos firmados entre GDF e empresas de vigilância. A mulher conquistou espaço no mercado de trabalho em tantos segmentos, mas nesse segmento ainda havia certo preconceito, que queremos vencer com esse projeto de lei. Esse projeto aguarda somente a sanção do



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 03 2016	16h05min	14ª SESSÃO ORDINÁRIA	22

Governador. Portanto, faço um apelo ao Governador do Distrito Federal para que não veto esse importante projeto.

Apresentei também outros projetos em defesa da mulher, como o que institui mecanismo de inibição de violência contra mulher no âmbito do Distrito Federal através de multa contra o agressor. Esse projeto foi apensado a um projeto semelhante do Deputado Ricardo Vale. Também há o que dispõe sobre o programa distrital de prevenção ao aborto, abandono de incapaz e administração de casos de apoio à vida, ou seja, o acompanhamento psicológico daquelas mães em estado de vulnerabilidade, ou que sofreram algum tipo de violência, ou com gravidez indesejada.

Para concluir, quero deixar aqui números para que possamos refletir e nos mobilizar em torno de medidas para combater a violência contra as mulheres. De acordo com os dados da Secretaria de Segurança Pública, no Distrito Federal, somente no primeiro semestre do ano passado, foram registradas 7 mil ocorrências, uma média de 38 casos por dia. A maior parte dos agressores é composta pelos próprios companheiros das vítimas. São 38 mulheres, mães ou filhas, agredidas por dia. Precisamos reagir e dar um basta a essa violência.

Eu quero citar um dado, Deputado Ricardo Vale, Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar. Em 1996, de autoria do Deputado César Lacerda, foi aprovado um projeto de lei que autorizava a criação de uma delegacia da mulher em cada região administrativa. Eu tenho certeza de que essas 7 mil ocorrências seriam duas, três, cinco, seis vezes maior se o governo tivesse avançado um pouquinho nessa área. De 1996 até 2016, Deputado Wasny de Roure, já temos muitos anos, não é? E de lá para cá não foi criada nenhuma, mesmo por força de lei, não foi criada nenhuma delegacia a mais da mulher.

Então, faço aqui um apelo ao Governo do Distrito Federal, que a sua gestão possa ser marcada pela criação dessas delegacias da mulher, para que sejam um ponto de apoio que as mulheres possam frequentar e fazer as denúncias pertinentes a elas. Não precisa ser uma por região, por enquanto não temos orçamento para isso, mas que se crie uma para atender a região norte e outra para atender a região sul. Faço esse apelo ao Governo do Distrito Federal para que repense essa situação.

Também faço outro apelo. Nós já colocamos aqui em pronunciamentos anteriores, Deputado Chico Leite, que perdemos orçamento, em torno de 250 milhões de reais, no ano de 2015, da Secretaria de Educação. Tenho certeza de que boa parte dessas 120 mil mulheres que hoje estão desempregadas no Distrito Federal poderia estar trabalhando se tivessem onde deixar seus filhos.

Então, faço um apelo neste dia tão importante, quando em todo o mundo é comemorado o Dia Internacional da Mulher, Deputado Wasny de Roure, que o governo olhe com mais carinho para as mulheres e possa criar novas delegacias da



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 03 2016	16h05min	14ª SESSÃO ORDINÁRIA	23

mulher; que também dê celeridade ao processo de entrega das creches feitas pelo governo anterior – em muitas delas falta muito pouco, 2%, 3% para terminar a obra –; e que o governo utilize o orçamento do Governo Federal que está disponível para a construção de novas creches, a fim de que muitas dessas mulheres tenham condições de deixar seus filhos e poderem trabalhar.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Rafael Prudente, não apenas pela questão do dia, mas por toda a temática do direito da mulher, do resgate daquilo que foi subtraído ao longo de anos e anos, algo extraordinário na nossa sociedade, um resgate de direitos. V.Exa. está absolutamente correto quando faz uma recapitulação de iniciativas que tentam mitigar os prejuízos acumulados nesse segmento da sociedade.

Eu quero lembrar, Deputado Rafael Prudente, algo que foi retirado da população feminina no Distrito Federal, a Carreta da Mulher. A Carreta da Mulher é um sistema de atendimento... Eram cinco carretas que trabalhavam no Distrito Federal em diferentes localidades, atendendo, sobretudo, alguns exames típicos de mulher. Infelizmente, a gente reconhece que é um prejuízo para essa população, já que poderiam dar celeridade na identificação de alguma patologia, principalmente câncer de mama, de útero. Era uma carreta muito direcionada a esse público.

Entretanto, nós sabemos que o Distrito Federal suspendeu esse contrato. Eu não sei se houve algum problema. Acredito que não tenha ocorrido, senão teria havido alguma denúncia ou coisa assim. Mas que pudesse se retomar uma política de saúde pública direcionada a esse segmento, permeando toda a cidade através de um calendário da Carreta da Mulher. Reconheço que é uma política direcionada, mas extremamente importante. Muitas mulheres têm dificuldade de sair dos seus lares em função da falta de condições de deixar as crianças e suas atividades domésticas, e esse seria um elemento facilitador. Portanto, é uma perda.

Aproveitando o seu discurso, reforço essa ideia ao Governador, lembrando essa conquista que foi retirada. Espero que esse prejuízo não cause maiores distúrbios à população, pois mexe essencialmente com a questão da saúde. Aproveito também essa oportunidade para cumprimentá-lo. Acho extremamente relevante o resgate de direitos da mulher feito por V.Exa.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE – Muito obrigado, Deputado Wasny de Roure. Incorporo ao meu pronunciamento o de V.Exa.

Fica aqui a sugestão, não só de mais creches. Que o governo dê atenção maior à questão das delegacias da mulher e também à volta da Carreta da Mulher, que era um instrumento tão importante de auxílio no tratamento de doenças



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 03 2016	16h05min	14ª SESSÃO ORDINÁRIA	24

daquelas mulheres que não têm condições de sair dos seus lares para fazer um exame.

Agradeço a atenção dos senhores. Muito obrigado.

(Assume a Presidência a Deputada Celina Leão.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel.

DEPUTADO PROF. ISRAEL (Bloco Sustentabilidade, Trabalho e Solidariedade. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, meus colegas Deputados, imprensa, boa noite. Quero fazer hoje um esclarecimento importante. Havia uma grande expectativa sobre a reunião da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, presidida pelo meu amigo, o Deputado Agaciel Maia. Havia expectativa de que pudéssemos apreciar o meu relatório sobre a regulamentação dos aplicativos da espécie do Uber.

No entanto, hoje pela manhã, quando a comissão começou a funcionar, eu havia pedido ao Deputado Agaciel Maia para incluir o projeto na extrapauta de hoje, mas tive que subir ao gabinete do meu colega Deputado Rafael Prudente para ali intermediar um diálogo entre os representantes do Uber e a presidente do Sindicato dos Taxistas. Quero deixar muito claro aqui que a isso se deveu o atraso que acabou provocando o encerramento da reunião, apesar das expectativas.

O Deputado Agaciel Maia estava conduzindo a reunião. Como a pauta predefinida havia se esgotado, o adequado foi que se encerrasse. Foi por pouco. Nós já estávamos descendo, mas não deu tempo de avisar sobre isso. Às vezes é melhor algum atraso para que se providenciem mais debates. O que eu e o Deputado Rafael Prudente fazíamos hoje era justamente promover o debate entre as duas partes, para tentar o entendimento. Esse assunto é polêmico. É um assunto polêmico não só em Brasília, mas no Brasil inteiro. Posições têm sido defendidas com muito afinco. Aqui nesta casa todos os nobres colegas sabem da minha posição, que é clara, tanto que meu relatório já está pronto. É um relatório bem definido, as pessoas sabem como é minha forma de pensar sobre esse assunto do Uber. Como esta é uma Casa democrática, uma Casa de debates, nós precisamos sempre permitir que o debate aconteça, por mais ansiosos que nós estejamos para resolver qualquer assunto.

Nos próximos passos, já temos conversado. O Deputado Agaciel Maia, como Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, tem o direito de estabelecer a pauta. Ontem eu pedi a ele que estabelecesse a extrapauta. Em prol da discussão, eu e o Deputado Rafael Prudente fizemos o encontro das partes. Nada mais justo, nada mais correto que isso.

Então, faço esse esclarecimento para que não fique um disse-me-disse, um desentendimento entre os próprios Deputados e um conjunto de informações na



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 03 2016	16h05min	14ª SESSÃO ORDINÁRIA	25

imprensa que pode prejudicar a avaliação das pessoas sobre como esse tema tem sido conduzido nesta Casa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO PROF. ISRAEL – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Sem revisão do orador.) – Deputado Prof. Israel, é importante V.Exa. dar essa versão, porque foi passado como se eu tivesse encerrado a comissão de maneira abrupta para evitar a votação, e não é verdade.

V.Exa. me ligou ontem pedindo para colocar o item extrapauta. As pessoas que conhecem a tramitação legislativa sabem que nós publicamos a pauta normalmente com antecedência no *Diário da Câmara Legislativa*. Os itens extrapauta têm que ser submetidos à comissão, porque entram sem o relatório ter sido distribuído, a princípio, para os membros da comissão. Esse item extrapauta deve ser submetido aos membros, para saber se concordam com a inclusão.

O que aconteceu hoje foi que nós começamos a reunião assim que tivemos o *quorum* de três Deputados. Demos início à reunião: eu, o Deputado Wasny de Roure e o Deputado Julio Cesar. Começamos com a pauta definida e publicada no *Diário*. Terminada a pauta, existiam compromissos meus – eu era autor de uma sessão em homenagem às mulheres – e dos outros Deputados. Ainda solicitei aos Deputados que fizessem considerações finais. Exauridos todos os assuntos da comissão, como é regimental, eu declarei encerrada a reunião.

Quando saí, já me dirigindo ao recinto para fazer, junto com a Deputada Telma Rufino, a homenagem ao Dia Internacional da Mulher, encontrei V.Exa. e o Deputado Rafael Prudente, que me explicaram que tinham se atrasado porque foram fazer a discussão no gabinete do Deputado Rafael Prudente, conforme V.Exa. está falando.

É importante dizer e reafirmar que nós não encerramos a comissão porque estávamos boicotando matéria. Nunca fizemos isso. A Comissão de Economia, Orçamento e Finanças não tem um único projeto que o relator tenha pedido para incluir em pauta que não tenha sido incluído. Não existiu isso nem no ano passado, nem neste ano. A partir do momento em que se formaliza a solicitação para que a matéria seja submetida à comissão, e distribuído o parecer aos relatores, com certeza nós a examinaremos.

Eu fico feliz que V.Exa. venha a plenário repor a verdade, para não ficar a impressão de que o Deputado Agaciel Maia encerrou abruptamente a comissão porque não queria examinar a matéria. Não é verdade.

DEPUTADO PROF. ISRAEL – Deputado Agaciel Maia, obrigado. Realmente aqui é para fazermos os devidos esclarecimentos. Nós bem que tentamos. O retorno a tempo não foi possível.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 03 2016	16h05min	14ª SESSÃO ORDINÁRIA	26

Deputado, eu gostaria de solicitar que já possamos na próxima reunião... V.Exa. tinha até proposto talvez chamar uma extraordinária para esse e outros assuntos. Eu me coloco à disposição para apresentar o relatório quando V.Exa. determinar. A pauta da nossa comissão tem sido tão laboriosa, que não tem nada atrasado na nossa comissão. Esse é um ponto bom de relatar.

Muito obrigado, Sra. Presidente. Era o que eu tinha a dizer.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Eu gostaria de saber se todos os Deputados farão uso da palavra. Estamos hoje na perspectiva de fazer a derrubada do veto ao projeto do canabidiol.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Eu vou falar, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Os outros Deputados poderão falar depois da votação da derrubada do veto, para mantermos o *quorum*. Pode ser assim? Então, o Deputado Chico Vigilante falará nos Comunicados de Parlamentares e os demais no Grande Expediente.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante por cinco minutos.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, primeiro, eu quero comunicar aos senhores e às senhoras que estão aqui esperando a derrubada do veto que o meu voto é pela derrubada desde o dia em que foi vetado. Portanto, nós vamos derrubar esse veto hoje.

Segundo, eu quero aproveitar para chamar todos os Deputados, Deputadas, servidoras desta Câmara, o conjunto da sociedade de Brasília para uma importante comissão geral que vamos realizar aqui na quinta-feira. Vamos transformar a sessão ordinária em comissão geral para debatermos a questão do cartel dos combustíveis no Distrito Federal e a Operação Dubai.

Ontem, convidamos os representantes da Polícia Federal, do Ministério Público, da Delegacia de Defesa do Consumidor, do Procon. Ontem, tive oportunidade de ligar para o Diretor-Geral da Polícia Federal, Dr. Leandro, que me assegurou a presença de delegados aqui representando a Polícia Federal. O diretor do CADE – Conselho Administrativo de Defesa Econômica no Distrito Federal também estará presente. Ele fez parte dessa Operação Dubai. O Dr. Leonardo Bessa, Procurador-Geral de Justiça do Distrito Federal, assegurou-me a presença; estará aqui também o Dr. Leonardo Bessa. O representante do Procon – conversei com ele hoje – também estará presente. Portanto, será uma sessão da mais alta importância.

Nós estamos convidando a sociedade. É hora de debatermos esse cartel, é hora de encontrarmos mecanismos para que a sociedade se livre desses preços abusivos que são praticados aqui Distrito Federal. Portanto, fica aqui o convite para



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 03 2016	16h05min	14ª SESSÃO ORDINÁRIA	27

os homens e as mulheres do Distrito Federal comparecerem a essa sessão, na quinta-feira, agora, às 10h da manhã.

Outro ponto sobre o qual quero abordar, Sra. Presidente, é o Dia Internacional da Mulher. Eu estava lendo há pouco uma matéria que caracteriza bem o preconceito – até desprezo e irresponsabilidade – e os ataques de que são vítimas as mulheres no mundo inteiro.

Eu estava vendo agora, Deputada Telma Rufino, que há um jornalista nos Estados Unidos, que, em 1998, ou melhor, em 2008, Deputado Chico Leite – V.Exa. que é Promotor de Justiça –, um elemento, a pretexto de ganhar um dinheiro, teve a capacidade de colocar uma câmera no olho mágico da porta do hotel no qual uma repórter estava hospedada. Filmou-a nua e divulgou o vídeo. Ele deve ter ganhado um dinheiro com esse vídeo. Essa mulher ficou muito abalada, porque era uma profissional da imprensa, uma profissional da televisão e foi à Justiça. No dia de ontem, saiu a decisão da Justiça Americana, irrecorrível – o elemento que fez isso pode ser classificado como bandido em qualquer lugar do mundo: ele irá pagar 55 milhões de dólares pela agressão feita àquela moça. Cinquenta e cinco milhões de dólares! A Justiça Americana decidiu que a metade desse valor será pago por ele, e a outra metade pelo hotel, porque o entendimento da Justiça é o de que um hotel, ao hospedar uma pessoa, é responsável pela incolumidade, pela segurança, pelo bem-estar, pela imagem da pessoa que está em suas dependências.

Acho que este é um belo exemplo que eu quero registrar aqui neste Dia Internacional da Mulher. Quem sabe um dia, tenhamos uma Justiça no Brasil com essas características da Justiça Americana de punir o abuso, porque ainda há no Brasil muitos juízes, muitos delegados, muitos machistas que precisam ser varridos para que as mulheres tenham a liberdade que está expressa num trecho de um poema da Rosa Luxemburgo. O trecho fala da igualdade de direito entre todos. Homens e mulheres são iguais. Portanto, não tem por que um querer ser superior ao outro.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, boa tarde a todos. Antes de tudo, quero cumprimentar meus amigos, companheiros da Polícia Civil, que são agentes de custódia. Eu quero ser solidário a esses companheiros que, há muitos anos, prestam um nobre serviço a nossa instituição.

Quero dizer que hoje nós estamos muito preocupados com essa liminar, concedida pela Justiça, que devolveu os nossos agentes de custódia ao sistema penitenciário. É importante que esta Casa saiba que isso pode trazer um conflito enorme.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 03 2016	16h05min	14ª SESSÃO ORDINÁRIA	28

Nós temos dois grandes problemas. Primeiro: hoje a Polícia Civil já está fechando suas delegacias por falta de efetivo. O Deputado Wasny de Roure conhece bem esse processo. O Deputado Wasny de Roure, o Deputado Cláudio Abrantes e mais alguns colegas daqui têm acompanhado a luta pela contratação de policiais. Quando nós tiramos de onde já não há, quando tiramos esses agentes de custódia – quinhentos e tantos policiais – e os devolvemos ao sistema penitenciário, que já não faz parte da Polícia Civil, nós aumentamos ainda mais o caos. Se nós já não temos policiais civis nas ruas para combater a violência, a coisa vai piorar, porque esses homens e mulheres experientes que conhecem a criminalidade como poucos estavam nas ruas fazendo enfrentamento. Lamentavelmente, com todo respeito ao nosso Judiciário, essa decisão, em sede liminar – porque não tem decisão transitada em julgado, decisão definitiva –, que devolve esses policiais vai trazer um transtorno não para eles, porque trabalham em qualquer lugar. Os policiais estão acostumados a enfrentar o crime e o criminoso. O transtorno vai ser para a sociedade, que estará desassistida dos policiais civis. As nossas delegacias vão fechar as portas porque, infelizmente, nós não temos mais policiais.

Temos outro grave problema. Nós vamos misturar os nossos agentes de polícia de custódia com os nossos agentes de atividades penitenciárias. Deputado Ricardo Vale, V.Exa. conhece bem o sistema penitenciário como Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar. V.Exa. é extremamente atuante. São funções distintas. Hoje essas funções já são exercidas por outra categoria. Há um conflito – inclusive, que eu conheço bem. Na época, como presidente do Sindicato dos Policiais do Distrito Federal, conversei com o Ministro Eros Grau, e a preocupação dele, sabiamente, era essa. Você não pode ter duas categorias distintas exercendo a mesma função. O que o nosso Judiciário hoje faz é exatamente o contrário.

É importante que esta Casa busque uma solução. É importante que nós não deixemos que essa situação prevaleça. Que o Judiciário tenha sensibilidade de não permitir que isso prevaleça porque o dano – volto a dizer – não vai ser só para a Polícia Civil, não vai ser só para os policiais, vai ser, sim, para a sociedade. Quem perde com isso é toda a sociedade pela falta de efetivo e pelos transtornos que serão causados no sistema penitenciário.

Obrigado, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Convido o Deputado Wellington Luiz a secretariar os trabalhos da Mesa. (Pausa.)

Convido a Deputada Telma Rufino a secretariar os trabalhos da Mesa.

DEPUTADO RICARDO VALE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 03 2016	16h05min	14ª SESSÃO ORDINÁRIA	29

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu abri mão da minha fala para a gente acelerar o processo da derrubada dos vetos, mas, como vai haver essa reunião aí, eu não poderia deixar também, Deputado Chico Leite, de parabenizar as mulheres pelo Dia Internacional da Mulher, seja as Deputadas desta Casa, seja as assessoras dos Deputados daqui, que são mulheres extremamente competentes e bonitas, e também as técnicas e as assessoras aqui da Câmara; enfim, todas vocês.

Alguns Deputados já falaram, mas eu também quero dizer que a mulher ainda é muito discriminada em nosso País, em nossa cidade. É papel desta Casa, de todos nós Deputados também fazer com que essa coisa se modifique, seja no Brasil ou no Distrito Federal. Que as mulheres sejam mais bem tratadas, que as mulheres tenham as mesmas oportunidades que os homens. Infelizmente, ainda há muita violência contra a mulher na nossa cidade, e isso precisa ser combatido.

Eu, como Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar, tenho acompanhado muito essa questão da mulher aqui no Distrito Federal e não poderia deixar, num dia como esse, de parabenizar todas as mulheres. Nós temos aqui nesta Casa uma excelente Deputada, Presidente da Câmara Legislativa, pela qual também temos o maior respeito e carinho. Então, fica aqui o meu abraço, o meu respeito a todas as mulheres do Distrito Federal.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigada, Deputado Ricardo Vale.

Dá-se início à

ORDEM DO DIA

Item nº 141:

Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 41, de 2015, do Deputado Rodrigo Delmasso, que “altera a Lei nº 4.202, de 3 de setembro de 2008, que institui o Programa de Prevenção à Epilepsia e Assistência Integral às Pessoas com Epilepsia no Distrito Federal e dá outras providências”.

Na ausência da Relatora, Deputada Sandra Faraj, solicito ao Deputado Chico Leite que proceda à leitura do relatório da Comissão de Constituição e Justiça.

DEPUTADO CHICO LEITE (Rede Sustentabilidade. Para proceder à leitura do relatório.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 03 2016	16h05min	14ª SESSÃO ORDINÁRIA	30



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL



RELATÓRIO Nº 01, DE 2016 - CCJ

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o VETO TOTAL oposto ao Projeto de Lei nº 41/2015, que "Altera a Lei nº 4.202, de 3 de setembro de 2008, que institui o Programa de Prevenção à Epilepsia e Assistência Integral às Pessoas com Epilepsia no Distrito Federal e dá outras providências".

Relatora: Deputada SANDRA FARAJ

Com a Mensagem nº 20/2016-GAG, de 23 de fevereiro 2016, o Governador do Distrito Federal comunicou à Presidência desta Casa os motivos de veto total oposto ao Projeto de Lei nº 41/2015, de autoria do Deputado Rodrigo Delmasso que "Altera a Lei nº 4.202, de 3 de setembro de 2008, que institui o Programa de Prevenção à Epilepsia e Assistência Integral às Pessoas com Epilepsia no Distrito Federal e dá outras providências".

A proposição em comento foi aprovada com alteração, ficando a redação final conforme fls. 31 e 32.

Em sua exposição de motivos, o Governador asseverou que ainda que a vida e a saúde sejam os bens jurídicos mais valiosos tutelados pelo ordenamento, não é possível o estabelecimento de obrigação de caráter continuado com aumento de despesa sem a demonstração da origem dos recursos para o seu custeio nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal. Nos documentos que instruem o Projeto de Lei não houve a demonstração de que essa exigência tenha sido cumprida.

São essas as informações que reputamos necessárias à apreciação da matéria no âmbito desta Casa Legislativa.

Sala das Sessões, em

Deputado

Presidente

Deputada SANDRA FARAJ

Relatora

emm.

SECRETARIA LEGISLATIVA

PL Nº 41 / 2015

Folha nº 45 RITA



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 03 2016	16h05min	14ª SESSÃO ORDINÁRIA	31

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão o relatório. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o veto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito à Sra. Secretária que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 03 2016	16h05min	14ª SESSÃO ORDINÁRIA	32



VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 41/2015		DATA: 08/03/2016							
AUTORIA: DEPUTADO RODRIGO DELMASSO		() PODER EXECUTIVO							
RELATOR: DEPUTADO CHICO LEITE									
QTD	DEPUTADOS	PARTIDO	SIM	NÃO	ABS.	AUS.	OBST.	DV.	
1	AGACIEL MAIA	PTC		1					
2	BISPO RENATO ANDRADE	PR		1					
3	CHICO LEITE	REDE		1					
4	CHICO VIGILANTE	PT		1					
5	CLÁUDIO ABRANTES	REDE		1					
6	CRISTIANO ARAÚJO	PTB				1			
7	JUAREZÃO	PRTB		1					
8	JULIO CESAR	PRB		1					
9	LILIANE RORIZ	PRTB				1			
10	LIRA	PHS		1					
11	LUZIA DE PAULA	REDE				1			
12	PROF. ISRAEL	PV		1					
13	PROF. REGINALDO VERAS	PDT		1					
14	RAFAEL PRUDENTE	PMDB		1					
15	RAIMUNDO RIBEIRO	PSDB		1					
16	RICARDO VALE	PT		1					
17	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB				1			
18	RODRIGO DELMASSO	PTN		1					
19	ROOSEVELT VILELA	PSB		1					
20	SANDRA FARAJ	SD				1			
21	TELMA RUFINO	S/ PART		1					
22	WASNY DE ROURE	PT		1					
23	WELLINGTON LUIZ	PMDB		1					
24	CELINA LEÃO	PPS		1					
RESULTADO			0	19	0	5	0	24	

RESULTADO DA VOTAÇÃO	
MANTIDO ()	REJEITADO (X)
0	VOTOS SIM
19	VOTOS NÃO
0	ABSTENÇÕES
5	AUSÊNCIAS
0	OBSTRUÇÕES
19	QUÓRUM VOTANTE


SECRETÁRIO DA SESSÃO
DEPUTADA TELMA RUFINO



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 03 2016	16h05min	14ª SESSÃO ORDINÁRIA	33

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 19 votos contrários. Houve 5 ausências.

Total de votantes: 19.

Foi rejeitado o veto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

Eu quero, nesta oportunidade, parabenizar o Deputado Rodrigo Delmasso pela mobilização, pela luta, pela garra. Quero parabenizar também as famílias que estão aqui, as mães, os pais. Essa vitória é de todos vocês.

Agora, a Câmara Legislativa vai fiscalizar a execução dessa lei, que é muito importante para vocês, para dar uma qualidade de vida melhor para essas crianças, para essas pessoas que necessitam do uso do medicamento. Eu tive oportunidade de acompanhar a vida do meu companheiro e colega Deputado Rodrigo Delmasso e ver como isso pode ajudar a vida das pessoas.

Então, Deputado, quero parabenizar V.Exa., que tem o meu respeito, a minha admiração. Quando V.Exa. chegou aqui, não se esqueceu das suas bandeiras principais. Eu acho que essa é uma grande vitória, uma vitória que não é só sua, Deputado, é uma vitória da sua família, dos seus amigos e de quantas pessoas que esperam fazer uso desse medicamento. V.Exa., no futuro, vai olhar e vai ter certeza de que ajudou a plantar essa semente.

Parabéns, Deputado Rodrigo Delmasso!

Quero aqui registrar a ausência da Deputada Luzia de Paula, que está licenciada em virtude do falecimento de sua mãe, na semana passada. S.Exa. fez questão de ligar pela manhã e colocar sua solidariedade neste projeto de autoria do Deputado Rodrigo Delmasso e demonstrar seu carinho.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputada Celina Leão, eu queria cumprimentar, além da comunidade que acompanhou esse debate aqui, o casal que tem empreendido essa luta: Denilson e Luiza.

Eu também gostaria de registrar a histórica contribuição da Dona Rosa, que é a Presidenta da Associação dos Portadores de Epilepsia no Distrito Federal. Dona Rosa é uma guerreira que tem lutado anos e anos, com muitas dificuldades e muitas vezes só. Agora, porém, depois de tanta semeadura, ela vê essa colheita também.

Portanto, parabéns, Deputado Rodrigo Delmasso! V.Exa. resgata uma luta que já vinha se processando no âmbito do Distrito Federal. A sua determinação foi



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 03 2016	16h05min	14ª SESSÃO ORDINÁRIA	34

decisiva para que alcançássemos este momento. Como V.Exa. bem disse, até uma manifestação da Presidência da República...

Muito obrigado, Sra. Presidenta.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Esta Presidência informa que vamos ter duas sessões da Câmara em Movimento: uma no dia 16 de março, no Riacho Fundo I, e outra no dia 30 de março – um projeto inovador, de autoria do Deputado Prof. Israel –, na UnB.

Quero parabenizar V.Exa., Deputado Prof. Israel, por levar a Câmara em Movimento à UnB, uma versão diferenciada para atender os nossos jovens.

Então, deixo registradas aqui as datas das duas sessões: dia 16 de março, no Riacho Fundo I, e dia 30 de março, na UnB.

(Assume a Presidência o Deputado Bispo Renato Andrade.)

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Procederemos a algumas retificações.

Item extrapauta:

Apreciação dos vetos parciais ao Projeto de Lei nº 454, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2016 e dá outras providências”.

Em virtude da retificação da sequência dos dispositivos vetados em relação ao Projeto de Lei nº 454, de 2015, encaminhado através da Mensagem nº 302, de 2015, do Poder Executivo, e conforme republicação da Lei nº 5.514, de 2015, no *DODF* de 1º de outubro de 2015, informo que os dispositivos vetados e mantidos na sessão ordinária de 24/11/2015 foram o art. 10, inciso XX; art. 20, incisos IX e X; art. 34, §§ 3º e 4º; art. 41, § 2º; art. 42; art. 43; art. 54, parágrafo único; art. 63, inciso IX; art. 65, §§ 1º e 2º, e art. 84.

Nesse sentido, consulto o Plenário se há dúvidas quanto às correções feitas.

Não havendo impugnação deste Plenário, considero aceitas as retificações, ratificando ainda a votação dos vetos mantidos, com 20 votos “sim” e 4 ausências.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 726, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre o Pólo Atrativo de Trânsito previsto no art. 93 da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro e dá outras providências”.

Em virtude da apreciação do parecer da CEOF às Emendas nº 4 e 5, do Projeto de Lei nº 726, de 2015, em reunião realizada hoje, dia 8 de março, ratifico o resultado da votação em 1º turno, com 19 votos favoráveis, e, em 2º turno, também com 19 votos favoráveis, bem como sua redação final.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 03 2016	16h05min	14ª SESSÃO ORDINÁRIA	35

Em virtude da falta de manifestação do Relator da CEOF sobre o Projeto de Lei Complementar nº 5, de 2015, retorno-o à pauta, para que a referida comissão se manifeste sobre o projeto.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 5, de 2015, de autoria do Deputado Chico Vigilante, que “dispõe sobre a instalação de postos de abastecimento, lavagem e lubrificação nos estacionamentos de supermercados, hipermercados, *shopping centers* e similares do Distrito Federal”.

Solicito ao Relator da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, Deputado Agaciel Maia, que emita parecer sobre a matéria.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em decorrência do atropelamento das votações de final de ano, houve alguma discrepância em parecer, em projeto, até mesmo em comissão. Hoje mesmo, na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, fizemos essa ratificação. Mas a gente leu. Houve tempo para ler, se aprofundar e aprovar. Portanto, eu gostaria também que o procedimento fosse o mesmo adotado com esses processos que não passaram, ou o projeto ou as emendas, na comissão, e que a gente aprovasse isso na próxima reunião da comissão.

(Intervenção do Deputado Chico Vigilante fora do microfone.)

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estando a matéria nos termos do art. 64, item 2, da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, e já tendo ela sido submetida, inclusive as emendas, à aprovação do Plenário, sou pela admissibilidade e aprovação do referido projeto.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Em discussão o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 16 Deputados.

Ratifico o resultado da votação, em primeiro turno, com 24 favoráveis e, em segundo turno, com 22 votos favoráveis, bem como a sua redação final.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 03 2016	16h05min	14ª SESSÃO ORDINÁRIA	36

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 946, de 2016, para votação na sequência, que dispõe sobre o auxílio-transporte e o auxílio-alimentação dos professores temporários.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Acato a solicitação de V.Exa. e o incluo como item extrapauta.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, tendo em vista que esse foi o projeto mais penoso e mais corrigido aqui, peço a V.Exa. – eu até conversei com o Marcelinho – que o envie imediatamente para a sanção do Governador.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Será feito o mais rapidamente possível. O seu pedido é uma ordem dentro desta Casa. Tenho certeza de que o Governador, como aliado dele que V.Exa. é, vai sancionar essa lei o mais rapidamente possível. Inclusive, parabenizo V.Exa. por esse projeto de lei.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Sem revisão do orador.) – Lembro que o Projeto de Lei nº 946, de 2016, está apensado ao Projeto de Lei nº 851, de 2016, que é o que entra na pauta agora, Sr. Presidente, como ficou acordado no Colégio de Líderes e em reunião da Mesa agora.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Se isso ficou acordado, será deliberado nesta sessão, já que não está apensado ainda.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Então, eu faço o requerimento de apensamento, que está aí na Mesa com o Marcelinho.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Será deferido, nobre Deputado Prof. Reginaldo Veras.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (Rede Sustentabilidade. Sem revisão do orador.) – Para eu entender: eu vi que a matéria é de iniciativa do Poder Executivo, e o Deputado Prof. Reginaldo Veras pediu para apensar. É isso? (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 03 2016	16h05min	14ª SESSÃO ORDINÁRIA	37

Eu acho que não há problema. O problema seria se fosse de iniciativa de Parlamentar. Parlamentar não pode ter iniciativa de projetos que dispõem sobre servidor do Poder Executivo. A tese do Deputado Prof. Reginaldo Veras, é preciso que se registre e que se reconheça, está com a superação do pressuposto da iniciativa, que é do Poder Executivo.

Obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Retificação de votação. Quando da aprovação do Projeto de Lei nº 695, de 2015, em primeiro turno, a Comissão de Educação, Saúde e Cultura deixou de se manifestar sobre a Emenda nº 1, da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

Nesse sentido, retorno o projeto à pauta para retificação do parecer da Comissão de Educação, Saúde e Cultura.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 695, de 2015, de autoria do Deputado Ricardo Vale e outros, que “dispõe sobre a aplicação dos recursos financeiros oriundos do Tesouro do Distrito Federal na alimentação escolar e dá outras providências”.

Solicito ao Relator, Deputado Prof. Reginaldo Veras, que emita parecer da Comissão de Educação, Saúde e Cultura sobre a Emenda nº 1 da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Educação, Saúde e Cultura à Emenda Modificativa nº 1, da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, ao Projeto de Lei nº 695, de 2015, que “dispõe sobre a aplicação dos recursos financeiros oriundos do tesouro do Distrito Federal na alimentação escolar e dá outras providências”.

No âmbito da Comissão de Educação, Saúde e Cultura, no mérito, votamos pela sua aprovação.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 16 Deputados.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 03 2016	16h05min	14ª SESSÃO ORDINÁRIA	38

Ratifico o resultado da votação, em primeiro turno, com 21 votos favoráveis e, em segundo turno, com 19 votos favoráveis, bem como a sua redação final.

O projeto vai à sanção.

Quando da aprovação do Projeto de Lei nº 413, de 2015, em primeiro turno, a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar deixou de se manifestar sobre o substitutivo apresentado pela própria comissão. Nesse sentido, retorno o projeto à pauta para retificação do parecer da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 413, de 2015, de autoria do Deputado Rafael Prudente, que “estabelece o fornecimento de perucas às pessoas com alopecia provocada pela aplicação de quimioterapia e dá outras providências”.

Solicito ao Relator, Deputado Ricardo Vale, que emita o parecer da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar sobre o substitutivo em primeiro turno.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no âmbito da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar, somos de parecer favorável ao substitutivo.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer sobre o substitutivo está aprovado com a presença de 16 Deputados.

Ratifico o resultado da votação, em primeiro turno, com 16 votos favoráveis e, em segundo turno, com 20 votos favoráveis, bem como a sua redação final.

O projeto vai à sanção.

Quando da aprovação do Projeto de Lei nº 1.045, de 2012, em primeiro turno, a Comissão de Constituição e Justiça deixou de se manifestar sobre as emendas nºs 1 e 2. Nesse sentido, retorno o projeto à pauta para retificação do parecer da CCJ.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 03 2016	16h05min	14ª SESSÃO ORDINÁRIA	39

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.045, de 2012, de autoria do Deputado Agaciel Maia, que “dispõe sobre a alfabetização de empregados, funcionários de empresas que mantêm contratos de serviços com a administração pública direta, fundações, autarquias e empresas públicas e de economia mista do Distrito Federal”.

Na ausência do Relator, Deputado Robério Negreiros, solicito ao Deputado Chico Leite que emita o parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO CHICO LEITE (Rede Sustentabilidade. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, trata-se aqui da hipótese só de se proceder a uma retificação, porque o projeto já foi votado no final do ano e a CCJ não se manifestou especificamente sobre duas emendas: as Emendas nº 1 e nº 2.

O projeto é proposto por um Deputado, a emenda é de outro Parlamentar da CCJ. Eu não vou entrar no mérito, não vou fazer o debate de mérito, mas dizer apenas que são admissíveis.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre as emendas. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 16 Deputados.

Ratifico o resultado da votação, em primeiro turno, com 20 votos favoráveis e, em segundo turno, com 17 votos favoráveis, bem como a sua redação final.

Conforme a apresentação do Requerimento nº 1.517, de 2016, de autoria do Deputado Prof. Reginaldo Veras, de comum acordo com os Líderes, defiro, *ad referendum* da Mesa Diretora, a tramitação conjunta dos Projetos de Lei nº 851, de 2016, e nº 946, de 2016.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 851, de 2016, de autoria do Deputado Prof. Reginaldo Veras, que “altera a Lei nº 4.266, de 11 de dezembro de 2008, que ‘dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do art. 37, IX, da Constituição Federal, e dá outras providências’”, em tramitação conjunta com o Projeto de Lei nº 946, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 03 2016	16h05min	14ª SESSÃO ORDINÁRIA	40

“altera a Lei nº 4.266, de 11 de dezembro de 2008, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do art. 37, IX, da Constituição Federal, e dá outras providências”.

A proposição não recebeu parecer das comissões. A Comissão de Assuntos Sociais, a Comissão de Economia, Orçamento e Finanças e a Comissão de Constituição e Justiça deverão se manifestar sobre os projetos.

A Presidência designa o Deputado Roosevelt Vilela para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Roosevelt Vilela, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre a matéria.

DEPUTADO ROOSEVELT VILELA (PSB. Para emitir parecer.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 851, de 2016, de autoria do Deputado Prof. Reginaldo Veras, que “altera a Lei nº 4.266, de 11 de dezembro de 2008, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do art. 37, IX, da Constituição Federal, e dá outras providências”, em tramitação conjunta com o Projeto de Lei nº 946, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que “altera a Lei nº 4.266, de 11 de dezembro de 2008, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do art. 37, IX, da Constituição Federal, e dá outras providências”.

Não há dúvidas de que a medida proposta irá pacificar o entendimento de que o servidor, seja efetivo ou temporário, tem direito aos referidos benefícios, pois precisa locomover-se de sua residência para o trabalho, bem como se alimentar dignamente para prestar um serviço de qualidade.

Diante do exposto, manifestamos voto pela aprovação dos Projetos de Lei nº 851, de 2016, e nº 946, de 2016, no âmbito desta Comissão de Assuntos Sociais, na forma do substitutivo em anexo.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Em discussão o parecer da Comissão de Assuntos Sociais.

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o entendimento da bancada do PT é de que esta matéria já está legislada no art. 290 do Regime Jurídico Único, que é a nossa lei que consolidou o direito dos servidores públicos do Distrito Federal.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 03 2016	16h05min	14ª SESSÃO ORDINÁRIA	41

É bem verdade que o parecer do secretário, no nosso entendimento, principalmente no 5º e no 6º parágrafos, colide com o entendimento da Lei nº 840, de 2011, no que esta lei prevê no art. 290 – as leis previstas quanto aos benefícios, inclusive as Leis nº 786, de 1994, e nº 1.966, de 2002, que tratam do vale-transporte e do auxílio-alimentação, e o Decreto nº 31.439, de março de 2010, que tratou da política de benefício.

No entanto, ainda que tenhamos esse entendimento, de que a matéria já está devidamente legislada, Deputado Roosevelt Vilela, nós entendemos a preocupação do governo, porque há um parecer da Procuradoria, o Parecer nº 650, de 2015, que trata dessa matéria, tendo em vista que o Regime Jurídico Único trata do servidor do sistema da administração direta, e o temporário tem essa preocupação.

No entendimento, cita-se o decreto, a Lei Complementar nº 840, que teria revogado esse diploma, o que não é verdade: ela revogou, mas manteve os direitos dos servidores.

Então, a Lei Complementar nº 840, que é o Regime Jurídico Único, votado na legislatura anterior, dá absoluta cobertura, exatamente com o decreto que previu. Entretanto, o atual governo – até porque é matéria que trata de direito trabalhista, lavrado no próprio parecer da Procuradoria –, para haver mais garantia quanto à política de benefício, propôs esse projeto de lei.

Houve iniciativa semelhante, anteriormente à do governo, por parte do Deputado Prof. Reginaldo Veras.

Ora, se prevalecer esse entendimento do governo, Deputado Prof. Reginaldo Veras, corre-se o risco de ser cobrada do servidor temporário a restituição daquilo que ele já recebeu a título de auxílio-transporte e auxílio-alimentação.

Então, é importante que fique claro que isso está pacificado para aqueles que receberam, e que não se corra o risco de ser colocado em dúvida. E, naturalmente, é importante votar-se uma lei que traga absoluta tranquilidade. Porque, em nosso modo de ver, a Lei Complementar nº 840, de 2011, com o decreto previsto que disciplinou a aplicabilidade do benefício, dá absoluta legalidade aos atos conferidos. Se há uma insegurança do governo, se há uma dúvida do governo, nós votaremos o projeto de lei. Mas é necessário isso.

Entendo que a assessoria do governo, na resposta que eu tive do Secretário de Relações Institucionais, acolhe a supressão da justificativa do § 5º e do § 6º da exposição de motivos proferida pelo Sr. Secretário de Estado da Educação.

É importante que isso fique claro, porque, caso contrário, vai-se colocar em risco esse entendimento de que aquilo que foi o benefício de auxílio-transporte e auxílio-alimentação teve absoluta cobertura legal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 03 2016	16h05min	14ª SESSÃO ORDINÁRIA	42

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Deputado Wasny de Roure já pontuou muito bem, mas eu quero pontuar ainda mais.

Na verdade, essa é mais uma trapalhada da Secretaria de Educação e da Secretaria de Saúde. Esse benefício é pago aos trabalhadores da saúde e da educação desde 2010. Vinha sendo pago normalmente, Deputado Rodrigo Delmasso.

O Tribunal de Contas do Distrito Federal não questionou o pagamento, porque sabe que é legal. O Ministério Público do Distrito Federal também não questionou nada. Eis que, em um determinado dia, quando tomou posse o novo governo, o Secretário de Educação e o Secretário de Saúde, as duas secretarias, resolveram questionar se era legal, em vez de continuar pagando. Isso, lá no Maranhão, diz-se que é caçar chifre em cabeça de cachorro. Vai lá e: “Eu posso ou não posso pagar isso?”. Gente, estava sendo pago desde o dia... Na verdade, queriam mostrar serviço. O governo estava falando tanto em cortar despesa, que talvez eles achassem que dava para cortar essa despesa de locomoção e de alimentação dos trabalhadores temporários, que já são tão explorados. Acharam que podiam tirar mais isso! E o governo, em vez de mandar – e o Governador é para isso – pagar de ofício: “Ninguém está questionando, eu quero que pague”, ficou até agora para mandar pagar de novo. E aí cria toda essa comoção. O pessoal já está ameaçando entrar em greve. Aí o governo manda um projeto, quando o lógico, o correto, seria mandar pagar e não cessar o pagamento. Aí, sim, se alguém questionasse... Ninguém ia questionar. Está sendo pago desde 2010, ultrapassou o Governo Rosso, o partido dele hoje é vice, o Governo Agnelo durante quatro anos e, agora, o Governo Rollemberg. Por que não continuou pagando?

Portanto, acho que não está na hora de ficar caçando firulas, isso é ficar querendo fazer economia em festa; em banquete que serve caviar, querer tirar os palitos. É isso que se está fazendo. E aí vamos ter que votar uma lei e o governo vai aparecer para os servidores como quem solucionou o problema deles. Solucionou coisa nenhuma, poderia ter pagado antes. Está parecendo aquele velho ditado: “Cria dificuldade para vender facilidade”. Portanto, tem que ficar claro: podiam pagar, não pagaram porque não quiseram. É legal pagar, não pagaram porque não quiseram. O governo, sim, incorreu numa ilegalidade.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 03 2016	16h05min	14ª SESSÃO ORDINÁRIA	43

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 16 Deputados.

Solicito ao Relator, Deputado Agaciel Maia, que emita o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao substitutivo ao Projeto de Lei nº 851, de 2016, de autoria do Deputado Prof. Reginaldo Veras, que “altera a Lei nº 4.266, de 11 de dezembro de 2008, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do art. 37, IX, da Constituição Federal, e dá outras providências”, e ao Projeto de Lei nº 946, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que “altera a Lei nº 4.266, de 11 de dezembro de 2008, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do art. 37, IX, da Constituição Federal, e dá outras providências”.

Estão aqui o Deputado Prof. Reginaldo Veras e os demais membros da Comissão de Assuntos Sociais.

Portanto, eu sou pela admissibilidade e aprovação nos termos do substitutivo da Comissão de Assuntos Sociais.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 16 Deputados.

Na ausência da Relatora da Comissão de Constituição e Justiça, Deputada Sandra Faraj, solicito ao Deputado Chico Leite que emita parecer sobre a matéria.

Faço um apelo aos nobres Deputados para que permaneçam em plenário porque há requerimentos para serem votados, requerimentos de audiências que vão acontecer já na semana que vem.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V. Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 03 2016	16h05min	14ª SESSÃO ORDINÁRIA	44

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero apenas fazer um comunicado, já que tivemos, na semana passada, algumas matérias, inclusive em rede nacional, que tratavam sobre a orla. Nós também vínhamos falando aqui na Câmara desse circo que foi armado pelo governo, a derrubada da orla. Inclusive, na semana passada, e esse foi um dos motivos de convocação da Presidente do Ibram, tratamos de outro assunto, mas aproveitamos também para tratar a questão da orla, que ora tinha licença, ora não tinha.

Então, hoje, há uma decisão do Desembargador Federal Souza Prudente, que não é meu parente, que determinou a suspensão da derrubada da orla. Então, por decisão judicial, está determinado que não se derrube mais. Agora o governo tem a oportunidade de abrir diálogo com a população que está sendo prejudicada para, pelo menos, saber como é que vai ser. E é um momento de reflexão também para que possamos discutir no orçamento obras realmente importantes para serem feitas ali. Eu nunca vi, Deputado Wellington Luiz – e aí digo que é uma decisão muito acertada do desembargador –, proteger meio ambiente jogando entulho, passando máquina pesada, jogando concreto e asfalto. Então, acho que faltou um pouquinho de planejamento.

Era somente para trazer esse esclarecimento. Os moradores da orla vão ter tempo agora de discutir com o governo um projeto decente para aquela região.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, até para corroborar com o que foi dito pelo Deputado Rafael Prudente, que o governo agora aproveite esse momento dado a ele para que reflita sobre as suas ações, já que não houve planejamento algum. Aconteceram as derrubadas e de lá para cá nada foi feito. Lá estão os entulhos. Aqueles locais hoje são utilizados, inclusive, para esconderijo de criminosos, para utilização de drogas e, lamentavelmente, a população acabou ficando à mercê.

Então, essa decisão judicial acabou sendo um alívio para o Governo do Distrito Federal, que, de uma forma equivocada e sem qualquer planejamento, proporcionou todas essas derrubadas sem o cuidado de apresentar à população qualquer planejamento, qualquer forma de atendê-la conforme se espera do governo.

Parabenizamos o desembargador, que teve o cuidado de decidir dessa forma. Foi um desembargador federal, muito bem lembrado pelo Deputado Chico Vigilante. E agora que o governo aproveite essa oportunidade para respeitar a população e, dessa forma, agir conforme se espera de um governante.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 03 2016	16h05min	14ª SESSÃO ORDINÁRIA	45

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – É, alguém tem que colocar esse trem descarrilado nos trilhos. Infelizmente, não haveria necessidade de a Justiça intervir, bastava ouvir os Deputados, e a maioria dos Deputados de Oposição, e não estaria acontecendo o que está acontecendo no Distrito Federal. Esse trem não pode descarrilar. Podem ter certeza de que temos uma voz aqui em favor da população, do povo do Distrito Federal, para que esse trem, que é o Distrito Federal, volte a andar nos trilhos. Que bom que a Justiça tenha feito isso.

Na ausência da Relatora da Comissão de Constituição e Justiça, Deputada Sandra Faraj, solicito ao Deputado Chico Leite que emita parecer sobre a matéria.

DEPUTADO CHICO LEITE (Rede Sustentabilidade. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao substitutivo ao Projeto de Lei nº 851, de 2016, de autoria do Deputado Prof. Reginaldo Veras, que “altera a Lei nº 4.266, de 11 de dezembro de 2008, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do art. 37, IX, da Constituição Federal, e dá outras providências”, e ao Projeto de Lei nº 946, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que “altera a Lei nº 4.266, de 11 de dezembro de 2008, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do art. 37, IX, da Constituição Federal, e dá outras providências”.

Sr. Presidente, temos, na verdade, dois projetos de lei que acabaram demandando um substitutivo. Portanto, eles fizeram um substitutivo aglutinando os dois projetos, que têm idêntico conteúdo, tentando superar, com a iniciativa do Poder Executivo, a possibilidade de questionamento da iniciativa de um Parlamentar, mas de qualquer maneira resguardando, preservando, a autoria do Deputado Prof. Reginaldo Veras. A luta é de S.Exa.

Eu quero compreender, Presidente, que o projeto é, na verdade, de iniciativa do Poder Executivo. Sendo de iniciativa do Poder Executivo, é perfeitamente possível que verse acerca de servidor público do Poder Executivo. Minha compreensão é a de que poderíamos nos manifestar aqui pela admissibilidade do projeto em debate, de iniciativa do Poder Executivo, resguardando a contribuição muito valiosa do Deputado Prof. Reginaldo Veras. Então, somos pela admissibilidade.

Sr. Presidente, recebo aqui orientação da assessoria para não antecipar a posição formal. Neste momento na CAS, concordo com o Marcelo, a manifestação deve se ater à parte do mérito. Do ponto de vista do mérito, temos aqui um substitutivo.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – O relatório é da CCJ, Deputado.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 03 2016	16h05min	14ª SESSÃO ORDINÁRIA	46

DEPUTADO CHICO LEITE – Recebi notícia da assessoria de que me manifesto pela CAS. É isso? Não. Manifesto-me pela CCJ. Pela CCJ, mantenho a manifestação que dei há pouco.

Sr. Presidente, V.Exa. pode suspender e nós procederemos a novo debate.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – V.Exa. está fazendo o relatório pela CCJ.

DEPUTADO CHICO LEITE – Há uma discordância aqui entre a posição da assessoria e a nossa.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Para que possamos chegar a um acordo...

DEPUTADO CHICO LEITE – Poderíamos suspender por dois minutos, para que pudéssemos compreender.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Enquanto se chega a um acordo, vamos apreciar os requerimentos, já que na semana que vem haverá algumas audiências solicitadas pelos Deputados.

Consulto os Líderes se há acordo para superar o sobrestamento dos itens nºs 1 a 140, relativos aos vetos da Ordem do Dia, e votar as demais proposições constantes da pauta e itens extrapauta. (Pausa.)

Consulto os Líderes se há acordo para votarmos os requerimentos e as moções em bloco pelo processo nominal. Havendo acordo, procederemos à apreciação em bloco dos próximos itens.

Item nº 149:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 317, de 2016, de autoria do Deputado Wasny de Roure, que “manifesta moção de congratulação à senhora Daise Lourenço Moisés por tomar posse na presidência do Conselho de Entidades de Promoção e Assistência Social – CEPAS para o triênio 2016/2019”.

Item nº 150:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 318, de 2016, de autoria do Deputado Wasny de Roure, que “manifesta moção de louvor à Igreja Evangélica Assembleia de Deus em Samambaia-DF pela realização do 24º Congresso da UMADECS – União de Mocidade e Adolescentes de Samambaia”.

Item nº 151:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 319, de 2016, de autoria do Deputado Wasny de Roure, que “manifesta repúdio à nomeação, por parte do Sr. Ministro da Saúde, do Dr. Valencius W. Duarte filho para ocupar o cargo de Coordenador de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas naquele Ministério”.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 03 2016	16h05min	14ª SESSÃO ORDINÁRIA	47

Item nº 152:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 320, de 2016, de autoria do Deputado Wasny de Roure, que “manifesta moção de louvor ao funcionário da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, o senhor Mauro Sérgio Soares Rêgo, por ter coordenado a informatização do laboratório de análises clínicas do Hospital Regional do Gama, bem como a reforma do setor”.

Item nº 153:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 321, de 2016, de autoria do Deputado Julio Cesar, que “manifesta votos de louvor e parabeniza os ex-Conselheiros do CREF 7/DF – Conselho Regional de Educação Física, pelo relevante serviço social prestado”.

Item nº 154:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 322, de 2016, de autoria de vários Deputados, que “manifesta apoio aos aprovados em concurso público no âmbito do Distrito Federal, no sentido do envio pelo Governador de projeto de lei a esta Casa para sanar vícios de iniciativa da lei anterior”.

Item nº 155:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 323, de 2016, de autoria do Deputado Cláudio Abrantes, que “manifesta reconhecimento e louvor ao 3º Sargento Osmar Gomes de Oliveira, matrícula 19.849/8, pelo comprometimento, profissionalismo e dedicação, demonstrados em ato de bravura que culminou com o salvamento da vida do Senhor Manoel Nunes da Fonseca Junior”.

Item nº 156:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 324, de 2016, de autoria do Deputado Wasny de Roure, que “manifesta louvor ao governo dos Estados Unidos da América pela decisão de fechar a prisão militar da Baía de Guantánamo”.

Item nº 157:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 1.480, de 2016, de autoria da Deputada Sandra Faraj, que “requer a realização de audiência pública para debater o tema: ‘Mulheres de Sucesso, Mercado de Trabalho, Empreendedorismo e Superação’”.

Item nº 158:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 1.481, de 2016, de autoria do Deputado Cláudio Abrantes, que “requer a realização de audiência pública para debater o tema: ‘Ciclovias e Políticas de Segurança para os Ciclistas’”.

Item nº 159:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 03 2016	16h05min	14ª SESSÃO ORDINÁRIA	48

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 1.482, de 2016, de autoria do Deputado Cláudio Abrantes, que “requer a transformação da sessão ordinária do dia 16 de junho de 2016 em comissão geral para debater o tema: “Viabilidade de Implantação de Energias Renováveis no Distrito Federal””.

Item nº 160:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 1.500, de 2016, de autoria do Deputado Wellington Luiz, que “requer a realização de audiência pública no dia 8 de abril de 2016 para debater a importância, difusão e implementação do sistema de escrita e leitura para as pessoas com deficiência visual, em comemoração ao Dia Nacional do Sistema Braille”.

Item nº 161:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 1.513, de 2016, de autoria do Deputado Wellington Luiz, que “requer a realização de audiência pública no dia 10 de março de 2016, às 10h, para definir linhas para a aplicação da ELO 93 (PELO 18)”.

Item nº 162:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 1.354, de 2015, de autoria da Deputada Luzia de Paula, que “requer a realização de audiência pública no dia 8 de abril de 2016, às 19 horas, em Ceilândia, para debater as condições de habitabilidade do Setor Habitacional Sol Nascente - SHSN”.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 327, de 2016, de autoria do Deputado Rodrigo Delmasso, que “manifesta votos de louvor e parabeniza, pelos relevantes serviços prestados à comunidade, as mulheres representativas que menciona da Região Administrativa do Guará”.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 1.529, de 2016, de autoria do Deputado Bispo Renato Andrade, que “requer a realização de audiência pública no dia 17 de março de 2016, às 9h30min, no plenário, para discutir o fim da isenção da taxa de inscrição em exames de ingresso nas universidades públicas no Distrito Federal”.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 1.514, de 2016, de autoria da Deputada Celina Leão, que “requer a realização de audiência pública no auditório desta Casa, a realizar-se no dia 3 de março de 2016, às 9 horas, para debater sobre o realinhamento orçamentário da LOA/2016 para a área da saúde”.

(Assume a Presidência o Deputado Julio Cesar.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 03 2016	16h05min	14ª SESSÃO ORDINÁRIA	49

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Em discussão as moções e os requerimentos. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando as moções e os requerimentos; os que votarem “não” estarão rejeitando-os.

Solicito à Sra. Secretária que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 03 2016	16h05min	14ª SESSÃO ORDINÁRIA	50



DATA: 08/03/2016

MOÇÕES Nº	317/2016, 318/2016, 319/2016, 320/2016, 321/2016, 322/2016, 323/2016, 324/2016, 327/2016
REQUER Nº	1.480/2016, 1.481/2016, 1.482/2016, 1.500/2016, 1.513/2016, 1.354/2015, 1.514/2016, 1.529/2016
AUTORIA:	VÁRIOS DEPUTADOS
	TURNO ÚNICO

QTD	DEPUTADOS	PARTIDO	SIM	NÃO	ABS.	AUS.	OBST.	DV.
1	AGACIEL MAIA	PTC				1		
2	BISPO RENATO ANDRADE	PR	1					
3	CHICO LEITE	REDE	1					
4	CHICO VIGILANTE	PT	1					
5	CLÁUDIO ABRANTES	REDE	1					
6	CRISTIANO ARAÚJO	PTB				1		
7	JUAREZÃO	PRTB	1					
8	JULIO CESAR	PRB	1					
9	LILIANE RORIZ	PTB				1		
10	LIRA	PHS	1					
11	LUZIA DE PAULA	REDE				1		
12	PROF. ISRAEL	PV	1					
13	PROF. REGINALDO VERAS	PDT	1					
14	RAFAEL PRUDENTE	PMDB	1					
15	RAIMUNDO RIBEIRO	PSDB	1					
16	RICARDO VALE	PT	1					
17	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB				1		
18	RODRIGO DELMASSO	PTN	1					
19	ROOSEVELT VILELA	PSB	1					
20	SANDRA FARAJ	SD				1		
21	TELMA RUFINO	S/ PART	1					
22	WASNY DE ROURE	PT	1					
23	WELLINGTON LUIZ	PMDB	1					
24	CELINA LEÃO	PPS				1		
RESULTADO			17	0	0	7	0	24

RESULTADO DA VOTAÇÃO	
APROVADOS	
17	VOTOS SIM
0	VOTOS NÃO
0	ABSTENÇÕES
7	AUSÊNCIAS
0	OBSTRUÇÕES
17	QUÓRUM VOTANTE


SECRETÁRIA DA SESSÃO
DEPUTADA TELMA RUFINO



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 03 2016	16h05min	14ª SESSÃO ORDINÁRIA	51

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 17 votos favoráveis. Houve 7 ausências.

Estão aprovados.

Retorno ao Projeto de Lei nº 851, de 2016, item extrapauta, em tramitação conjunta com o Projeto de Lei nº 946, de 2016.

Solicito ao Relator, Deputado Bispo Renato Andrade, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria. (Pausa.)

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (Rede Sustentabilidade. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nós fizemos um debate aqui e eu tenho posição, nessa hipótese, minoritária. O Deputado Bispo Renato Andrade vai relatar o que é a posição majoritária na comissão.

Obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Eu é que agradeço, Deputado Chico Leite.

Solicito ao Relator, Deputado Bispo Renato Andrade, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 851, de 2016, de autoria do Deputado Reginaldo Veras, e ao Projeto de Lei nº 946, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que “altera a Lei nº 4.266, de 11 de dezembro de 2008, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do art. 37, IX, da Constituição Federal, e dá outras providências”.

Os Projetos de Lei nº 851 e 946, de 2016, têm por objetivo regularizar e garantir a manutenção do pagamento do auxílio transporte e do auxílio alimentação aos professores temporários da Secretaria de Estado da Educação.

As proposições atendem aos princípios da constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade, não havendo óbice a sua aprovação.

Assim, no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, somos pela admissibilidade dos projetos de lei na forma do substitutivo apresentado.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Em discussão o parecer da CCJ. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 03 2016	16h05min	14ª SESSÃO ORDINÁRIA	52

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 17 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 851, de 2016, em tramitação conjunta com o Projeto de Lei nº 946, de 2016. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 17 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, convocando sessão extraordinária a realizar-se imediatamente após esta para apreciação dos seguintes projetos: Projeto de Lei nº 851, de 2016, de autoria do Deputado Reginaldo Veras, e Projeto de Lei nº 946, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que "alteram a Lei nº 4.266, de 11 de dezembro de 2008, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do art. 37, IX, da Constituição Federal, e dá outras providências".

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18h54min.)